Observatório da Democracia

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA - ALBERTO PASQUALINI FLB - AP

Fundação Maurício Grabois

FUNDAÇÃO DA ORDEM SOCIAL

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

APRESENTAÇÃO

O Brasil e o mundo vivem hoje um momento em que informações são transmitidas em velocidade nunca vista. Com a internet, porém, essa agilidade não é acompanhada pela devida responsabilidade com a checagem da informação.

Nas últimas eleições no Brasil, vimos a força dessa nova realidade materializar-se por meio das redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens, levando muitas vezes à manipulação da vontade popular e à geração de falsas polêmicas. O debate sobre propostas para as questões sociais que o país sofre foi substituído pela discussão a respeito de valores e costumes, muitas vezes com argumentos falsos ou distorcidos.

Neste contexto, o povo brasileiro elegeu um presidente que atingiu níveis de popularidade extremamente elevados nas redes sociais, oferecendo propostas vagas, que demandam por mais esclarecimentos e melhor compreensão. Diante disso, o que esperar do governo?

O Observatório da Democracia nasceu dos questionamentos levantados durante os encontros de um grupo formado por seis fundações partidárias – Lauro Campos (PSOL), João Mangabeira (PSB), Leonel Brizola – Alberto Pasqualini (PDT), Maurício Grabois (PCdoB), da Ordem Social (PROS) e Perseu Abramo (PT). Trata-se de um grupo aberto à novas adesões. Nosso compromisso é com a manutenção da soberania e da democracia no País. Para isso, é absolutamente necessário monitorar o governo atual e posicionar-se em relação a ele, a partir da produção de informações consistentes e verdadeiras.

Num esforço conjunto, iremos, a partir de agora, acompanhar temas como Soberania, Infraestruturas, Produção e Inovação, e as Dimensões Sociais e Ambientais das práticas do atual governo. Este acompanhamento será sistemático e o conteúdo produzido será divulgado por meio de relatórios periódicos. Os dados, levantados e checados, vão subsidiar aqueles que, como nós, procuram compreender o atual governo.

O exercício de juntar seis Fundações Partidárias para analisar o campo político que está no poder é uma iniciativa inédita necessária no Brasil atual e apontará caminhos para formulações conjuntas. Este portal é um espaço aberto para a contribuição e participação da sociedade civil e para a academia. Na era da desinformação e da mentira nossa matéria prima é a informação séria e fidedigna.

CONTRIBUIÇÃO DA:

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Nota

A crise de representação política, um dos fatores chaves da eleição do presidente atual, que se colocou como candidato antissistema, atinge todos os espectros políticos e deve levar a um profundo debate sobre as estruturas de representação social e da própria democracia em que vivemos. O objetivo do documento As ameaças à democracia no governo atual - e porquê precisamos defendê-la é identificar tais ameaças e apresentar a defesa da democracia enquanto regime de governo, além de traçar linhas possíveis de atuação da oposição neste cenário. É importante combater o discurso de criminalização da política, pois é somente por meio da mobilização, do diálogo e da compreensão que fortaleceremos a democracia brasileira.

Seja do ponto de vista das relações internacionais, seja no que diz respeito aos costumes, o governo atual utiliza uma estratégia simplificadora para explicar problemas complexos vividos pelo povo brasileiro. A cada problema corresponde uma solução simplista, colocando em risco avanços sociais conquistados com a Constituição Cidadã de 1988, ou ainda, programas sociais criados nos últimos anos, como o Mais Médicos. No texto O Brasil na contramão fica bem claro que os verdadeiros problemas nacionais são complexos e vão muito além de "combater os corruptos" e acabar com "ideologias exóticas", como divulgado na última campanha presidencial.

No segundo turno das eleições presidenciais de 2018, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) vinculou seu apoio ao candidato que defendeu 10 medidas programáticas, que continuam atuais. As ações e estratégias apontadas precisam ser cobradas para que o Brasil retome os caminhos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.

As ameaças à democracia no governo atual - e porquê precisamos defendê-la

"É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte."
[Caetano Veloso e Gilberto Gil. Divino Maravilhoso.1968]

A campanha presidencial de 2018 representou o fim de um ciclo de consolidação e expansão dos direitos e dos anseios democráticos defendidos na Constituição Federal de 1988. Se, com a assinatura da Carta, consolidamos o papel do Estado na defesa e garantia de direitos sociais, bem como do funcionamento das instituições públicas em prol do Estado democrático de Direito, a eleição de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), desde sua campanha, se apresenta em pólo inverso: prega-se a redução do papel do Estado, a flexibilização dos direitos trabalhistas, o corte de programas sociais, a intervenção da Igreja e Estado nos ambientes escolares, numa tentativa de barrar "doutrinações ideológicas" ligadas a um suposto "marxismo", oposição aos direitos humanos, além de apologias claras à tortura, ditadura, preconceito e disseminação de cultura de ódio às minorias sociais e aos opositores de sua agenda de governo. Todo este caldo foi reproduzido ostensivamente por meio da proliferação de informações e notícias falsas em redes sociais.

Apesar de representar um imenso retrocesso às garantias democráticas que evoluíram de forma tão conturbada na história da política brasileira, este foi o projeto político escolhido nas urnas. Dessa forma, é preciso mapear os desafios que o campo de oposição terá pela frente, nos próximos quatro anos, e reafirmar as posições de defesa da democracia, da justiça social e dos direitos humanos pelo campo progressista brasileiro. Os partidos políticos e fundações partidárias têm gigantes desafios: para além de liderarem a agenda de combate aos retrocessos anunciados, é fundamental a discussão sobre a reconstrução de seu papel como agregador de preferências e ideologias presentes na sociedade. A crise de representação política, um dos fatores chaves da eleição de Bolsonaro, que se colocou como candidato anti-sistema, atinge todos os espectros políticos, e deve levar a um profundo debate sobre as estruturas de representação social e da própria democracia em que vivemos.

Contudo, mais que o debate acerca do que significou a eleição de Bolsonaro em termos de crise de representação política, é indispensável construir um discurso de defesa da democracia. O objetivo deste documento é identificar as ameaças à democracia no governo Bolsonaro, apresentar a defesa da democracia enquanto regime de governo, e traçar linhas possíveis de atuação da oposição, neste cenário.

A democracia é o cerne do sistema político em que o ser humano é defendido e acolhido em todas as suas manifestações: sociais, sexuais, religiosas, culturais. É por meio da criação de um ambiente de tolerância com as diferenças, com respeito às diferentes manifestações de cada cidadão, que conseguimos progredir enquanto sociedade. Nos unirmos em sociedade não significa oprimir os pensamentos distintos ao dos governantes, mas construir pontes de diálogo entre os diferentes. É somente por meio da democracia que se garante o direito à manifestação e a alternância de governantes, seguindo as regras e ritos instituídos na Constituição Federal. Não significa "ganhar no grito", mas respeitar as regras do jogo, em um ambiente claro e seguro para todos os participantes.

A democracia, em nosso país, é bastante recente. Jair Bolsonaro é somente o quinto presidente eleito por voto popular após a redemocratização do Estado brasileiro. A atual geração é a primeira que nasceu, cresceu e vive em um regime democrático. Apesar da possibilidade de votar e ser votado e de termos eleições recorrentes desde então, pode-se dizer que a nossa democracia, além de recente, é bastante frágil. Por exemplo, é bastante difícil obter informações claras e precisas sobre todos os candidatos,

seus feitos, como governaram ou quais são seus históricos. Essa assimetria de informação extrema sobre as ações de governo e governantes é prejudicial ao exercício da democracia, pois não permite que a decisão do voto seja tomada de maneira totalmente informada. Além disso, os custos de concorrer a um cargo eletivo são altos, o que impede que a maior parte das pessoas possam se candidatar, ainda que tenham esse anseio. As práticas de acompanhamento de mandatos são poucas, no sentido de cobrar dos eleitos que exerçam seus programas de governo, principalmente no Legislativo. Nosso sistema político, extremamente complexo, também dificulta o entendimento de seu funcionamento pela maior parte da população. Ou seja, temos uma situação de regularidade democrática institucional, mas a democracia ainda não se encontra enraizada na sociedade.

Podemos afirmar que o ambiente de segurança democrática, ou seja, de garantia que os ritos de troca de governantes e de obediência aos processos legais conhecidos por todos, foi posto a prova durante o impeachment da presidente Dilma. A intensa discussão em torno da legalidade dos procedimentos

quando contrárias ao impeachment, decorrentes de um processo iniciado com as manifestações de junho de 2013, atenuaram e aceleraram a crise de representação política e de descontentamento com nosso regime democrático. Denúncias de corrupção de políticos e ocupantes de cargos públicos e setores empresariais se tornam cada vez mais presentes nos noticiários, fones de ouvido, nos sites de notícias, aumentando a sensação de que algo estava muito errado.

A candidatura de Jair Bolsonaro emerge neste cenário de descontentamento geral com a política e as instituições. Um de seus principais bordões, "tem que mudar tudo isso que está aí", encontrou ouvidos atentos para o candidato que se colocou, em todos os momentos, como diferente da casta política que esteve no poder na última década e meia, em especial, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

"Tudo isso que está aí", como demonstram sua campanha e suas ações como presidente, até o momento, incluem a negação da demarcação de terras indígenas e reconhecimento de áreas quilombolas, da reforma agrária, dos direitos humanos, das políticas de segurança alimentar, da defesa do Sistema Único de Saúde - SUS e da educação pública de qualidade, elementos fundantes do pacto social expresso na Constituição de 1988, partes integrantes do nosso Estado democrático de Direito. Até mesmo o combate à corrupção, uma de suas principais bandeiras de campanha, já dá sinais de estar longe de ser uma prioridade fática. A nomeação de Onyx Lorenzoni para Ministro da Casa Civil, que admitiu publicamente receber recursos de "Caixa 2" nas eleições de 2014, é só um dos exemplos da incompatibilidade entre o discurso de reforma ética da campanha e as ações do novo presidente. Em menos de 20 dias de governo, uma série de divergências entre Ministérios e Presidência, mudanças de posições em temas polêmicos e denúncias de corrupção envolvendo nada menos que seu filho, o senador eleito pelo Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro, mostram que a fachada de "salvador de Pátria" do Presidente não se sustentará facilmente.

Dois outros pontos são preocupantes na garantia da democracia nos próximos quatro anos. Bolsonaro e seu vice sempre se mostraram simpatizantes às práticas ditatoriais, inclusive de utilização de tortura. Há 32 militares nomeados em cargos até o terceiro escalão nos Ministérios[1], o que reforça a postura de comando e controle do presidente. Em que pese a relevância e importância das Forças Armadas na manutenção do Estado, em uma democracia, temas como Ciência e Tecnologia, Educação e Infraestrutura precisam de diálogo e construção com a sociedade civil. A lotação dos gabinetes com figuras do meio militar reforça o caráter autoritário de seu governo, e deixa a desejar na composição de equipes técnicas e com trânsito em outros setores sociais.

1. "Divergências afetam frente de apoio a Bolsonaro". 20.01.2019. Em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,divergencias-afetam-frente-de-apoio-abolsonaro,70002686641>.

Além das aproximações com as Forças Armadas, Bolsonaro investiu na aproximação com setores religiosos, em especial o evangélico. A Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, pastora da Igreja Batista, já expressou opiniões polêmicas sobre o papel da Igreja na educação, orientação sexual e aborto. São pautas que avançaram de forma tímida nas últimas décadas no Brasil, e o que se vislumbra no momento é o total retrocesso de direitos reprodutivos, da população LGBT+, de grupos religiosos além dos evangélicos, como as religiões de matriz africana. São pontos conectados diretamente com a defesa da democracia, pois dizem respeito à tolerância com o próximo e ao direito de livre expressão.

O cenário é complexo tanto no campo institucional, com um governo autoritário e que irá retroceder em direitos e garantias básicas, quanto no social: a crise política não encontrará seu salvador no presidente eleito. O papel da organização partidária é fundamental para a composição dos interesses da sociedade, denúncia dos retrocessos que impactarão a vida de todos os brasileiros, e defesa do Estado democrático de Direito. É importante combater o discurso de criminalização da política, pois é somente através da mobilização, do diálogo e da compreensão que fortaleceremos a democracia brasileira.

A pauta apresentada pela candidatura oposta a vencedora, no segundo turno, representada pelo candidato Fernando Haddad (PT), congregou as forças democráticas do campo progressista. Foi neste sentido que o PSB se posicionou: na defesa de um projeto nacional de aprofundamento da democracia e do desenvolvimento humano. Neste contexto, é importante retomar os pontos elementares do PSB para seu projeto de país, orquestrando interesses econômicos e sociais. É preciso priorizar as políticas de segurança pública; retomar o papel de planejamento do Estado, de forma estratégica; investir massivamente em ciência, tecnologia e inovação; recuperar e ampliar a infraestrutura; defender as políticas sociais de estado; universalizar a educação básica; ampliar a economia criativa e fortalecer a pequena e microempresa; aproveitar o potencial energético do país; reorganizar o federalismo brasileiro; garantir a pluralidade e diversidade de opiniões. Estas são agendas que permitem a emancipação da sociedade e o aprofundamento da democracia. É essencial que o campo progressista se organize e construa uma agenda propositiva ao Brasil, em contraponto à agenda de retrocessos oferecida pelo governo atual.

O papel da oposição, então, não é torcer pela inviabilização do governo ou querer que a população sofra com os ajustes e medidas tomados, e sim, garantir que haverá luta contra todo ataque aos direitos garantidos na Constituição, bem como os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das últimas décadas. É preciso, como diz a canção de Caetano e Gil, estar atento e forte: atento para qualquer retrocesso que possa prejudicar a população brasileira, e forte para combatê-los.

O Observatório da Democracia, criação conjunta das Fundações Partidárias ligadas ao campo progressista[2], será o centro de monitoramento, análise e defesa das políticas públicas e direitos sociais, frente ao cenário colocado pelo governo eleito. Esta articulação é fundamental para impedir retrocessos, além de colocar estes espaços na interlocução constante com a sociedade afetada por todas as medidas governamentais.

É preciso defender a democracia enquanto único instrumento capaz de emancipar a sociedade, de produzir coesão social e permitir o desenvolvimento humano em todos os sentidos. Pender ao autoritarismo, a tendência que se vislumbra no governo Bolsonaro, é eliminar as décadas de avanços na construção de uma sociedade mais justa. O caminho da democracia é árduo, pois exige debate, respeito ao diferente e tempo para que as ideias e decisões sejam maturadas. Pensar que é possível, por uma via "de acesso rápido", acabar com os problemas de gestão pública e corrupção no país, por meio da repressão e do autoritarismo, é desistir da construção de um país para todos e todas, sem distinção.

2. O grupo formado pelas fundações: João Mangabeira (PSB), Lauro Campos (PSOL) , Leonel Brizola – Alberto Pasqualini (PDT), Maurício Grabois (PCdoB), da Ordem Social (PROS), 1o de maio(SD) e Perseu Abramo (PT).

O Brasil na contramão

Discurso de ódio, fake news e "nós contra eles" não funcionam para governar um país. Primeiras medidas de Bolsonaro apontam para concentração de renda, violência e fim de direitos, o contrário do que é necessário fazer para um país mais justo e desenvolvido.

Na campanha eleitoral, a estratégia do candidato a presidente Jair Bolsonaro foi clara. Explorar os erros cometidos nos governos petistas e investir no ódio, no "nós contra eles", como forma de "mudar tudo que está aí". Usando *fake news* em redes sociais para mascarar a realidade, explorar preconceitos e apontar soluções "fáceis" para problemas complexos.

Ainda é cedo para avaliar a gestão, que não terminou seu primeiro mês, mas os sinais da campanha e as primeiras medidas adotadas são preocupantes. Começou com reajuste do salário mínimo abaixo do previsto. A proposta de Michel Temer enviada ao Congresso, de R$ 1.006, acabou se transformando em R$ 998. Outra medida contra os trabalhadores foi a extinção do Ministério do Trabalho, que existia há mais de 80 anos. Completado com o discurso da reforma da Previdência, que, traduzido, significa tirar dinheiro de aposentadorias dos mais pobres e dos trabalhadores e manter privilégios de militares, juízes e setores mais bem remunerados.

Outro ponto controverso foi o decreto que facilita a posse de armas de fogo. Uma medida populista e sem eficácia para combater a insegurança dos grandes centros urbanos. Repetindo o discurso de campanha, de armar a população e defender as "pessoas de bem" e "matar bandidos". Como se o Brasil já não vivesse uma verdadeira guerra. Segundo dados do Mapa da Violência, entre 1980 e 2014 foram mortas por armas de fogo perto de 1 milhão de pessoas. No último ano pesquisado, 2014, morreram 44.861 pessoas por armas de fogo, o equivalente a 123 por dia, ou 5 por hora. Antes da liberação, o Brasil já registrava taxa de 20,7 mortes por armas de fogo por cem mil habitantes, 200 vezes maior do que a de países como Alemanha e Espanha.

Outro ponto importante na campanha eleitoral e que vem tendo reflexo no início de mandato é o discurso de ódio em relação a costumes, atacar pessoas de diversas orientações sexuais. Não por acaso, outra decisão do Presidente logo que assumiu foi assinar medida provisória que retirou a população LGBT das diretrizes de Direitos Humanos. A MP alterou a estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, entregue à pastora evangélica Damares Alves.

Há outros pontos usados para desviar de assuntos importantes e concretos. Nas relações internacionais, ficou clara a intenção de acabar com a política multilateral e voltar-se a um alinhamento automático aos Estados Unidos e Israel. Mesmo que isso signifique problemas com países como China, maior parceira comercial brasileira, e com os árabes, importantes importadores de alimentos e carnes. E continua o discurso anti-Venezuela, com o presidente eleito aceitando o papel de ventríloquo dos desejos de intervenção dos Estados Unidos nos problemas internos do país vizinho.

Outra questão simplificadora é a estratégia na campanha de atribuir todos os problemas do Brasil à corrupção. Era só acabar com a "roubalheira dos políticos do PT e tudo estaria resolvido". Engraçado, se não fosse trágico, é ver que esse discurso tem-se voltado contra o atual mandatário por conta de operações financeiras aparentemente ilegais feitas por um assessor de seu filho e ao enriquecimento da família em operações com imóveis. Não à toa, Bolsonaro acabou sendo recebido por militantes políticos na Suíça, onde participaria do Fórum Econômico Mundial, com cesta contendo laranjas e um cartão de boas-vindas em nome do grupo, "onde se lamenta a ausência de Fabrício Queiroz na viagem à Suíça", segundo descrição do site Ópera Mundi.

Porém, governar um país nada tem a ver com essas simplificações e o discurso fácil vendido ao eleitorado. A corrupção tem de ser combatida a todo custo, mas as questões são mais complexas. O principal problema enfrentado por um gestor público, seja prefeito, governador ou presidente, é a falta de recursos para dar conta de suas obrigações. Olhando apenas pelo produto interno bruto, o Brasil está entre as 10 maiores economias do mundo, mas quando se divide pelo total da população, estamos na 79ª posição no ranking dos países mais ricos, segundo levantamento da revista "Global Finance Magazine", de 2015. Atrás dos vizinhos Argentina, Uruguai, Chile e países como Gabão (55°) e Azerbaijão (64°). Na arrecadação de impostos, também estamos na 47ª posição, com US$ 4.132,59 por pessoa, menos de um terço do que arrecadam países como Estados Unidos ou França. Ou seja, ao contrário do discurso corrente, o Brasil tem renda menor e arrecada impostos muito abaixo dos países desenvolvidos. Há a necessidade concreta de aumentar renda da população e a arrecadação.

O que pode ser demonstrado mais claramente numa das áreas prioritárias para a população, a saúde. O discurso de que se gasta muito dinheiro, mas o sistema é ineficiente, é parcial. É necessário melhorar a gestão, óbvio, mas faltam recursos. No orçamento de 2018 foram executados pelo governo federal R$ 108 bilhões na área. Divididos pelos 208 milhões de brasileiros, são cerca de R$ 519 por ano, ou pouco mais R$ 40 por mês pó pessoa. Estados e municípios gastam valor similar, mas ainda insuficiente. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, OMS, (Estatísticas Sanitárias 2014), o Brasil era, em 2011, o que tinha a menor participação dos governos (União, estados e municípios) no financiamento da saúde: com 512 dólares por pessoa. A Inglaterra investia US$ 3.031, França, US$ 3.813, Alemanha, US$ 3.819, Canadá, US$ 3.982, Espanha, US$ 2.175, Argentina, US$ 576. Realidade que passou bem longe de ser discutida na campanha eleitoral, substituída pelo discurso fácil de que "é só melhorar a gestão".

Gestão, aliás, que faltou na administração do programa Mais Médicos, antes mesmo do atual presidente assumir. Fez "bravata" contra os médicos cubanos e o resultado prático foi que inúmeras cidades no interior do Brasil ficaram sem nenhum profissional. Por exemplo, em áreas indígenas e as regiões mais distantes do estado do Amazonas, como as calhas dos rios Solimões, Juruá, Purus, Alto Rio Negro e Madeira, das 92 vagas existentes, apenas quatro foram repostas. Há 88 localidades, que atenderiam em torno de três mil pessoas cada, com aproximadamente 270 mil índios desassistidos de atenção médica, segundo informações de Januário Neto, presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado (Cosems-AM).

E a questão é clara. A criação do programa Mais Médicos não tem nada de ideológico. Deveu-se ao fato de que não há no Brasil médicos disponíveis para atender a todos, principalmente em pequenas cidades e locais mais distantes. Segundo dados mais recentes, há cerca de 450 mil médicos para cerca de 700 mil postos de trabalho. E eles acabam se concentrando na região Sudeste e nos grandes centros urbanos.

Outro exemplo é em relação aos direitos. Mais de uma vez o presidente eleito já declarou que os trabalhadores terão de escolher entre empregos e direitos e que é necessário acabar com privilégios. Como se os trabalhadores brasileiros já não tivessem uma das menores remunerações do mundo. Dados de 2016 da PNAD-IBGE mostra que 50% deles recebiam por mês, em média, 15% menos que o salário mínimo, principalmente por conta do trabalho informal. E, do total de trabalhadores, 4,4 milhões (5%) recebiam, em média, apenas R$ 73 mensais. Na outra ponta, a dos mais ricos, 1% dos trabalhadores recebia, em média, R$ 27 mil mensais.

Os verdadeiros problemas brasileiros são complexos e vão muito além de "combater os comunistas" e acabar com "ideologias exóticas" ou qualquer outra besteira dita na última campanha presidencial. Por isso, o PSB, à época do segundo turno, lançou nota oficial com 10 medidas programáticas para apoiar um candidato à presidência.

Entre elas, a *Priorização da Política de Segurança Pública*, com a articulação de todas as políticas públicas em benefício da pacificação do país. *Retomada da Função do Planejamento*, com uma visão estratégica de desenvolvimento e de país. *Investimentos Massivos em Ciência, Tecnologia e Inovação*, para aumentar a competitividade da indústria brasileira. *Recuperação e Ampliação da infraestrutura* para melhorar a competitividade dos produtos brasileiros e atrair investimentos. *Defesa das Políticas Sociais* de Estado nas áreas de saúde, previdência e assistência social, seguindo o que diz a Constituição Federal de 1988. *Universalização da Educação de Qualidade. Ampliação da Economia Criativa e Fortalecimento da Micro e Pequena Empresa. Aproveitamento do Potencial Energético do País*. E um Novo Federalismo, com mais recursos para os municípios, e uma reforma fiscal que cobre mais impostos do patrimônio e da renda. Além de *Pluralidade e Diversidade*, com defesa da igualdade entre homens e mulheres, das minorias, os embates em torno das questões que envolvam gênero, orientação sexual, raça e etnia. Medidas que vão, obviamente, na contramão do que indica fazer o atual governo.

CONTRIBUIÇÃO DA:

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

Nota

A Fundação Lauro Campos – FLC foi instituída pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, nos termos da legislação partidária. Desde então, tem procurado desenvolver atividades nas esferas da teoria e da cultura, ensejando um pensamento crítico comprometido com os valores do socialismo e da liberdade, e promovendo o debate de propostas programáticas para a transformação social do país.

O objetivo da FLC é fornecer subsídios para que a militância, de forma crítica e aberta, possa enfrentar os debates que ocorrem na sociedade e assim ampliar o alcance das ideias socialistas. E também o de fornecer elementos teóricos que enriqueçam a capacidade dela refletir criticamente sobre a realidade e propor alternativas. Também estimular a formulação teórica dos quadros partidários, funcionando como uma espécie de usina de ideias. Mas quer ser mais: um fórum amplo dos que na sociedade brasileira se identificam com os valores do socialismo e da liberdade, colaborando também em arranjos unitários, a exemplo da iniciativa das várias fundações partidárias em torno do Observatório da Democracia.

A ascensão de Jair Bolsonaro, um político marginal no cenário político brasileiro até recentemente, ao cargo máximo da República não é um fenômeno isolado ou casual, faz parte de uma crise profunda do sistema capitalista em geral; e, como qualquer fenômeno político, tem seu registro próprio, sua particularidade condicionada.

Bolsonaro não é mais importante do que o processo e o contexto que o produziu, o presidente brasileiro não guarda em si nenhuma característica digna de ser analisada isoladamente, nem seu governo nenhuma originalidade que permita ser interpretado como foram os movimentos conjunturais mais amplos e da movimentação estratégica dos atores que realmente importam para no desfecho da crise atual. Portanto, iremos destacar os movimentos amplos e suas intencionalidades a fim de melhor caracterizar o atual governo.

O sul sob ataque

O geral oferece significado para o particular. A situação política nacional (particular) é sobredeterminada pelas condicionantes advindas do atual estágio de acumulação de capital no mundo bem como pela disputa geopolítica entre os atores globais (geral). A multipolaridade mundial, a criação dos BRICS, a descoberta do pré-sal no Brasil, a crise econômica mundial, as dificuldades da política externa estadunidense tanto no terreno militar quanto diplomático são acontecimentos fundantes do período presente. Procurar razões de ordem exclusivamente doméstica para a vitória da extrema-direita é um erro metodológico.

Diante desse pressuposto, é possível afirmar que as nações latino-americanas que reivindicam ou reivindicaram o não-alinhamento ou, no mínimo, uma política externa com algum nível de autonomia em relação a Washington sofreram e sofrem ataques sistemáticos do complexo imperialista liderado pelos Estados Unidos.

Desestabilização, fomento de grupos oposicionistas, promoção de fracionamento dentro das estruturas do estado e do sistema partidário, embargo econômico, ameaças militares e golpes fazem parte do repertório de instrumentos utilizados nestes ataques. Isso tudo articulado com a metodologia de Guerra Híbrida, que articula psicologia de massas e novas tecnologias digitais. Na forma se expressa como caos, no conteúdo é rigorosamente estruturada, segmentada e hierarquizada com o propósito de decompor a capacidade de resistência e previsão dos oponentes.

Intervenções de larga escala, como as descritas, sempre visam o controle de recursos e vantagens bastante objetivas. Os interesses concretos que motivam o processo de desestabilização em nosso continente foram no sentido de preservar ou retomar:

a) a vantagem geopolítica estadunidense diante dos seus oponentes (Rússia e China);

b) o controle sobre recursos naturais estratégicos como petróleo, energia, biodiversidade, minérios, água, etc;

c) o controle sobre áreas geográficas estratégicas do ponto de vista militar (bases) e comercial (rotas e entrepostos mercantis);

d) o controle sobre setores produtivos e tecnológicos estratégicos;

e) a transferência de parcelas cada vez maiores do fundo público para o setor financeiro.

Os interesses concretos sobrepõem às boas maneiras em momentos de crise. A doutrina do "soft po

wer" (poder leve) é abandonada até mesmo retoricamente, o "big stick" (grande porrete) é, não apenas o real, mas também o anunciado. A força bruta não é uma opção do condomínio de poder da OTAN, mas uma necessidade objetiva de autopreservação em um cenário de fortalecimento do poderio das nações do leste. A guerra aberta é uma possibilidade real na América Latina em uma situação como esta, um conflito que envolveria, mesmo que indiretamente, boa parte das nações do continente e resultaria em uma regressão nunca vista nas relações entre países latino-americanos.

Neoliberalismo e dependência X Soberania e Democracia

O padrão de acumulação de capital na atualidade é contraditório com projetos social-democratas ou regime democráticos liberais em qualquer parte do mundo. Em especial em países dependentes, como o Brasil, cujos processos eleitorais de tempos em tempos criam ameaças, reais ou imaginárias, aos privilégios políticos da burguesia associada e setores sociais ideologicamente alinhados a ela. Para garantir que esta "ameaça" não condicione, em algum momento, a lógica dependente, é que neste período, a democracia liberal, a ordem constitucional, o estado democrático de direito e a estabilidade do regime político nos países do sul se converteram em um inconveniente que perturba tanto a Casa Grande quanto a Casa Branca. O significado, em um nível analítico ampliado, do governo Bolsonaro corresponde a crise da civilização e de sua da forma política predominante nos últimos 30 anos: as democracias liberais.

Lava-Jato, Golpe e Fascismo: A particularidade do caso brasileiro

A forma como a crise das democracias ocidentais se revelou no Brasil está associada com o tipo específico de interesses imperialistas existente sobre nós. Esta é a nossa miserável particularidade. No Brasil, a burguesia associada na ânsia por atualizar sua forma de reprodução ao ritmo imposto pelos seus parceiros-chefes internacionais, rompe com o arranjo político da Nova República – que estruturava a competição (dentro da ordem) entre os três atores políticos principais do tabuleiro político nacional, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) - e assume uma agenda neoliberal radicalizada, que coloca em xeque a própria estrutura do estado nacional.

Porém, é importante registrar que a burguesia alcançou seus objetivos também graças à política que foi adotada pelos setores que governaram o país, em especial o PT, nesses últimos 13 anos.

Cada vez que Lula chamou Sarney de "companheiro", cada vez que uma liderança petista rezou com Silas Malafaia, cada vez que Lula pediu voto para um prócer peemedebista, um tijolo no impeachment de Dilma foi empilhado. Da negativa em nomear ministros de esquerda ou progressistas para o STF nasceu a condenação a Lula na justiça.

Dilma, ao assumir o seu segundo mandato, fez um giro de 180° na política econômica rompendo com parte de sua base social e eleitoral. Levando os setores democráticos à desmoralização, ao ponto de quase não haver resistência do campo progressista contra a direita que tomou gosto por ocupar as ruas. Ao optar por essas posições e se negar a chamar o povo a se mobilizar, o caminho para o golpe e o retrocesso estavam abertos para a direita e fenômenos de extrema direita como foi o caso de Bolsonaro.

O acontecimento inaugural do rompimento da arranjo novo-republicano foi o não reconhecimento, por parte do PSDB, do resultado eleitoral de 2014 que reconduziu a Presidenta Dilma (PT) à presidência. O candidato derrotado, Aécio Neves, foi o agente incitador do processo de desgaste da recém reeleita. O governo de Dilma subestimou o imperialismo e não compreendeu que a ordem jurídica estava corrompida pelas fissuras no interior do estado (Judiciário, Parlamento), apostou até o último momento

nas soluções processuais dando espaço para o golpe se materializar, uma resistência passiva e legalista, uma resistência em caráter recursal.

Aproveitando a instabilidade, agentes externos sustentaram materialmente e orientaram nas dimensões políticas e técnicas grupos de posição como o Movimento Brasil Livre (MBL) e agrupamentos similares e a grande imprensa, criando a base de massa do golpismo, e dois anos depois a vanguarda da campanha de Bolsonaro.

A Operação Lava-Jato teve um papel fundamental na operacionalização do processo de desestabilização e do golpe. Retomando aos interesses concretos perseguidos pelo imperialismo, citados acima, é possível encaixar os resultados desta operação com os objetivos gerais da política exterior estadunidense.

A Lava-Jato retirou o Brasil dos BRICS e o colocou em associação direta com os interesses de Washington. Ou seja, recompôs a vantagem geopolítica dos EUA na América do Sul.

A Lava-Jato enfraqueceu a Petrobras, facilitou o processo de leilão de reservas importantes do pré-sal. Logo, abriu caminho para o capital privado estrangeiro controlar os recursos naturais brasileiros.

A Lava-Jato enfraqueceu todo o complexo naval brasileiro (associado à Petrobras), e criou as condições para a suspensão de projetos relacionados ao poder marítimo brasileiro, como a do submarino nuclear. A costa brasileira, devido às reservas petrolíferas, são áreas estratégicas e hoje sem nenhuma defesa real organizada por parte do estado brasileiro.

A Lava-Jato ao colocar em xeque a Petrobras, reduziu a capacidade de produção de tecnologia e inovação da estatal e ainda arrastou para a crise as refinarias da empresa. Isso transfere para às petroleiras internacionais o mercado de uma cadeia produtiva estratégica para o Brasil, a pesquisa, extração, refino e a distribuição de combustíveis (o insumo universal da vida contemporânea).

Ao prender Lula, que era o candidato com maior potencial de vitória em 2018, a Lava-Jato se sobrepôs ao sistema eleitoral, interferindo diretamente no principal instrumento de estabilização do regime novo-republicano: as eleições. Isso abriu os caminhos para Bolsonaro torna-se um candidato viável.

É evidente, porém, que a Lava Jato só pode avançar graças à existência real de ilicitudes que vinham sendo cometidas por agentes públicos, empresários e lideranças partidárias, para assegurar a reprodução da dinâmica degenerada do sistema de financiamento de campanhas, do qual participaram, sem pudores, parte considerável das agremiações do campo democrático e popular.

Tendo a Lava-Jato garantido o contexto geral do golpe, ao assumir a presidência Michel Temer vai mais além e aprova a Emenda constitucional 95 (congelamento de gastos) que de fato decompõem o papel de garantidor de direitos do Estado e transfere aos bancos parcelas maiores do orçamento nacional.

Não há dúvidas que foram os resultados da Lava-Jato que pavimentaram o caminho para os demais retrocessos sofridos no Brasil durante os anos de governo Temer. Como por exemplo, para garantir o mínimo de apoio entre o empresariado, inclusive os pequenos e médios, se aprovou a Reforma Trabalhista. Logo, esta operação foi o instrumento fundamental do golpe contra o povo brasileiro.

Mas qualquer análise do passado só tem sentido político se colabora para compreender o presente. O mecanismo que faz da "cruzada de combate à corrupção" o elemento ativo de ascensão do fascismo político no país só pode ser compreendido na medida que é entendido como resultado de um ataque contra a soberania nacional em um período de crise política e econômica. Apesar de se aproveitar e repor ampliadamente traços conservadores historicamente presentes na cultura política e social brasileira (o udenismo, o racismo, o patriarcado, o anticomunismo, etc.), ele não é propriamente o resultado dela, mas de uma necessidade de desestabilização originada externamente e que aproveitou do reacionaris-

mo interno na justa medida que colaboram com os objetivos externos.

O Brasil, sob o governo de Bolsonaro, é o Brasil pós Lava-Jato. Ao contrário do que esperava o PSDB, mas também a direita e a esquerda tradicional brasileira, o capital político da Lava-Jato foi colhido e tem sido consumido por Bolsonaro. Isso o elegeu e dará sustentação temporária, porém não é provável que o sirva durante todo seu mandato. Nada indica que a agenda conduzida por ele resolva problemas concretos do povo, logo, a dilapidação do acumulado eleitoralmente tende a se acelerar e as possibilidades de contestação de sua liderança irá aumentar.

O governo compartilhado

Quanto ao caráter do governo ao que indicam suas declarações, não se trata de um governo associado aos EUA, o que exigiria alguma camada de interesses estratégicos próprios, mas sim um governo compartilhado; ou seja, sob orientação direta do núcleo no exterior. Este modo de governo irá agir sob estímulos vinculados aos interesses diretos de Washington.

Isso implica na regressão de aliados e parceiros no cenário internacional em diferentes áreas – militar, tecnológica e comercial. Significa, inclusive, a ampliação da instabilidade na América do Sul, a pressão sobre Venezuela e Bolívia em nome dos interesses estadunidenses, como já está ocorrendo nas recentes intervenções no Grupo de Lima, o que rompe com a orientação histórica da diplomacia brasileira.

Bolsonaro será chefe de um governo condicionado em verde-oliva. O protagonismo de militares, em especial do Exército (a corporação mais reacionárias entre as três forças armadas) - dentro da equipe ministerial é sintoma da incapacidade de composição de um governo com autoridade interna própria. A farda tem a pretensão de servir como legitimação social e instrumento de chantagem frente aos seus opositores; basta compreender o resultado prático de uma campanha Fora Bolsonaro bem sucedida. Em termos mais concretos o Exército força uma associação à estratégia norte-americana nos assuntos vinculados às relações internacionais, inteligência, tecnologia e infraestrutura. O resultado prático é que a política de defesa estará em função do Pentágono, que funcionará como o Estado-Maior de fato das forças militares brasileiras.

Moro é, na prática, um ministro do interior, encarregado de aprofundar a limites desconhecidos o Estado Penal. A forma particular do fascismo de controle do trabalho. A via possível de garantia da subalternidade das massas em um período de crise de hegemonia. Ele lidera o processo de "gestão" dos inimigos internos, não é por acaso que acumula funções antes sob a competência do extinto Ministério do Trabalho. Isso diz sobre quem pesará a mão do estado. Será o prolongamento da Operação Lava-Jato, ou seja, estabelecerá um processo de repressão institucional sistemática às esquerdas e movimentos populares, com o verniz de combate à corrupção e ao crime organizado.

Na dimensão econômica, o governo é a expressão radicalizada do neoliberalismo, e por isso terá de arcar com o ônus da impopularidade de suas medidas. As privatizações do patrimônio público e recursos naturais, a manutenção da transferência de parcelas crescentes do orçamento público para o setor financeiro, o fim da seguridade previdenciária são medidas de primeira ordem na agenda do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Não há nenhuma originalidade em suas propostas, mas uma bricolagem do que há de mais selvagem tem termos de desregulamentação e estrangeirização da economia nacional. Como tática de aprovação de tal agenda, tudo indica que utilizará de propostas legislativas reacionárias, mas com apelo de massas (ex. flexibilização do acesso às armas de fogo, redução da maioridade penal, etc.) no sentido de equilibrar com medidas antipopulares na dimensão econômica e de direitos, como a Reforma da Previdência. Assim procura evitar que à crítica às suas medidas tomem corpo e assumam uma base social massiva.

A figura do Presidente e do seu círculo mais próximo é mais de figuração do que de direção propriamen-

te dita. Continuará se alimentando da polêmica, do politicamente incorreto, do bizarro. Mas dentro da estratégia escolhida, possui relevância, na medida em que os Bolsonaro são os que melhor utilizam o caos como matéria de trabalho.

Coordenadas de luta pela democracia no Brasil

O desafio colocado na atualidade é qualitativamente diferente dos que foram vividos durante a vigência da Nova República. Vivemos em um período que exigirá capacidades novas, ainda ausentes entre os setores democráticos brasileiros. A seguir apresentamos algumas coordenadas que podem contribuir para o fortalecimento de campo democrático à altura do desafio do tempo presente.

- Desenvolvimento de um sistema de unidade que aproveite todas as forças disponíveis, sem a pretensão de criar um acabamento orgânico único para o consórcio de forças democráticas.

- Estabelecer uma posição internacional firme em defesa da autodeterminação, da soberania e da paz no continente, combatendo o discurso belicista do atual governo.

- Provocar o desgaste do Governo, em especial pela agenda econômica, nos temas que afetam a grande parte do povo brasileiro.

- Bloquear, com o máximo de unidade possível, o crescimento das expressões fascistas tanto nas organizações da sociedade civil e movimentos, quanto nas prefeituras e Câmaras de Vereadores dos municípios.

- Explorar as contradições que surgirão, em decorrência da agenda de ataques à estrutura do estado e a crise do pacto federativo, entre as posições do governo federal e estados e municípios.

A linha geral de nossa atuação deve compreender a necessidade de dividir o que foi unificado por Bolsonaro, e unir o que foi dividido.

CONTRIBUIÇÃO DA:

FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA

Nota

A Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini, dentre a perspectiva de uma análise do que será o governo de Jair Bolsonaro, apresenta para o conjunto das fundações que compõem o Observatório da Democracia sua contribuição sintética, segundo nossa visão, onde identificamos os fortes traços ideológicos do pensamento mais conservador e atroz do que é o governo de Jair Bolsonaro.

Mais do que identificarmos o conservadorismo e a sanha ultraliberal apontamos, do mesmo modo alguns desacertos que as forças progressistas cometeram, e que resultaram na eleição da direita no Brasil.

"ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL"

É preciso acompanhar de forma minuciosa o que venha a ser o desmonte do Estado brasileiro e suas conseqüências danosas à sociedade brasileira. O papel das oposições, em especial das Fundações partidárias, é de vital importância para a defesa da soberania nacional e os direitos dos trabalhadores.

"COMO COMBATER O GOVERNO DE JAIR BOLSONARO?"

Análise Da Conjuntura Política Nacional

"O ruim no Brasil e o efetivo fator do atraso é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus...
O que houve e há é uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente."
Darcy Ribeiro - O povo brasileiro

Compreender o Brasil e as implicações do resultado eleitoral de 2018 impõem às forças progressistas uma análise honesta dos seus erros e acertos durante os últimos anos.

Para isso é fundamental recorrermos à história, uma vez que a mesma se repete; a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa, alertava Karl Max.

A ascensão e a vitória das forças do atraso legitimadas por um processo eleitoral são a recomposição da clássica luta de classes - que desde nossa gênese - se impõe à sociedade brasileira.

Nossa Constituição, enquanto país, enquanto povo, enquanto nação segue o destino calamitoso de uma ordenação social baseada em dois princípios, quase que inalteráveis: a-) a edificação de uma "elite não pátria"; e b-) a força da narrativa de aceitação do ordenamento político como sagrado.

Admitirmos que a base de nossa sociedade é conservadora e despolitizada é extremamente sensível às questões econômicas.

Neste sentido as forças progressistas vêm perdendo, ao longo do tempo, sua representatividade e sua interlocução com as bases sociais; com os trabalhadores, com os estudantes, com as associações de classe, e os movimentos sociais, em geral.

As transformações que a desindustrialização impõem mudaram o perfil da classe trabalhadora, e paralelamente a isto, a burocratização e a acomodação dos sindicatos no Brasil afastaram-se de suas bases.

Hoje, igrejas com doutrinamento, em especial com a teologia da prosperidade, agregadas às ações assistencialistas, ocuparam este nicho social.

A democratização do acesso ao Ensino Superior também não mudou o ordenamento social; pois não foram alicerçadas as bases necessárias para a edificação de uma nova geração, mais fecunda em valores sociais; reproduzimos dentro de nossas universidades todos os preconceitos de classe que permeiam nosso atraso civilizatório.

No Ensino Médio, a tragédia se repete com a reprodução do fracasso de uma educação amordaçada, que insiste em não se modernizar como uma escola libertária e de emancipação nacional. Brizola e seus Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs - duramente combatidos, inclusive por forças progressistas, ainda é o conceito mais moderno e urgente quando se discute em implantar um projeto nacional de educação no Brasil.

Enquanto conjeturarmos a educação como projeto de Governo e não de Estado, reproduziremos a tragédia, no ordenamento político e social do Brasil.

As forças progressistas falharam também na questão econômica. Principalmente no segundo governo da Presidente Dilma Rousseff. Nomear Joaquim Levy, um adepto da escola de Chicago, para Ministro da Economia com sua política neoliberal de arrocho e corte nos investimentos, aprofundou mais ainda a crise e mostrou-se desastroso.

As conseqüências destas sucessões de erros foram: a explosão do desemprego, a paralisia do Estado, a volta da inflação, que resultaram na perda do apoio popular da presidenta, e consequentemente na efetivação do golpe de 2016, apeando-a da presidência da república e ascendendo ao poder, Michel Temer, seu vice-presidente.

Assistimos a tudo isso que, concomitantemente à ideologização do Poder Judiciário, à negação da política e os efeitos perniciosos da operação Lava Jato - com forte viés ideológico - causaram prejuízos econômicos estratosféricos na indústria brasileira e nos principais setores produtivos do país, como o petróleo e toda sua cadeia de fornecedores, a construção civil, a metalurgia e a indústria naval.

O dano ideológico e a criminalização da política e seus respectivos partidos do campo progressista são a ofensiva para a cessão dos direitos sociais, como também uma agressão à Constituição e seus princípios e garantias fundamentais.

Outro fator decisivo à ascensão e vitória das forças reacionárias no Brasil é o princípio do hegemonismo, uma das causas capitais para nossa derrota.

Enquanto os interesses partidários forem maiores que os interesses nacionais tendemos ao fracasso e à derrota.

Podemos observar também o crescimento mundial da extrema-direita - com viés de autoritarismo - que se baseia numa ordem econômica derivada das transformações estruturantes; onde o desaparecimento dos empregos e as crises sociais alteraram, substancialmente, o poder político e a luta de classes, em novos contornos.

Outro fator, é o fracionamento a segregação de algumas lutas, aperfeiçoamos a defesa das minorias secularmente marginalizadas, e abdicamos da luta das grandes massas massacradas.

A eleição de Donald Trump em 2016 nos EUA, neste sentido, é didática.

Durante o processo eleitoral um novo instrumento de comunicação - a rede social - desmontou as tradicionais estruturas dos partidos e da própria democracia; isto inflige, urgentemente, uma nova leitura e avaliação do modo e do jeito de se fazer política.

Jair Messias Bolsonaro é fruto, dos nossos erros, mas também da conjuntura política internacional, em especial, o Partido Republicano e os EUA.

As características apresentadas por Jair Bolsonaro são de um governo ultraliberal com viés autoritário, em uma concepção de semidemocracia.

Este sistema híbrido utiliza-se da democracia - apenas para ratificar a legitimidade através do voto popular - e subterraneamente chancela o autoritarismo; muitas das vezes coercitivo, que obsta direitos, inclusive fundamentais ao seu povo e nação.

É a velha máxima oportunista de que: "para se ter segurança temos que abrir não da liberdade", ou então "a escolha entre direitos ou emprego."

Atributos do ultraliberalismo do próximo governo de Jair Bolsonaro são a utilização metódica do discurso moralista, de cunho fascista e extremamente conservador, e com faces profundamente ideológicas de uma retórica de um Estado salvacionista.

O alinhamento ideológico à escola de Chicago - berço do liberalismo econômico – propõe a defesa do livre mercado com a menor presença do Estado, a radicalização privatista em um fundamentalismo de mercado, o que geraria um desmonte do Estado Nacional.

A base de sustentação do próximo governo será um conservadorismo profundamente ideológico; um

governo com faces autoritárias sustentado por setores produtivos pseudo-fascistas; o conluio com bancadas reacionárias no Congresso Nacional; fragmentos importantes das Forças Armadas Brasileira com seus pensamentos e ações anacrônicos; o amparo em uma nova geopolítica internacional onde avança a ultradireita, que retroage em segregação, autoritarismo, ruína dos direitos sociais e na imposição da lógica do mercado e de seus negócios; e ainda, um sentimento de uma visão, embora retoricamente "patriota", de subserviência aos interesses americanos fruto de um alinhamento econômico e ideológico com aquele país.

Podemos assim dizer que o governo que se avizinha é a antítese do Estado Nacional e o retrocesso dos direitos e garantias fundamentais do nosso país.

Diante deste cenário de profundas mudanças estruturais e conservadoras é inadiável a nossa resistência e a nossa luta contra o autoritarismo e as práticas discordantes do nosso campo político e ideológico.

COMO COMBATER O GOVERNO DE JAIR BOLSONARO ?

Evidentemente que há de se reconhecer a derrota eleitoral e o processo de nossa democracia. Mesmo sendo vilipendiada e deturpada o fato inconteste é que o próximo presidente obteve a maioria dos votos válidos do povo brasileiro.

Avançamos muito nos últimos anos em políticas sociais, entretanto, não ousamos reformular estruturalmente o Estado Brasileiro.

Para compreendermos a escolha da maioria precisamos de uma análise profunda e contemporânea de que o regime presidencialista de coalização se esgotou.

Reformas estruturantes são emergenciais; inclusive a política, onde observamos que alianças partidárias com velhas oligarquias predatórias - que não têm como prioridade o povo brasileiro - são exemplos claros de que o atual sistema está malsucedido e deturpado.

O projeto nacional das forças progressistas deve estar acima do projeto hegemônico partidário, pois desta forma não teremos divisão no mesmo campo, e consequentemente um resultado tão catastrófico à nossa sociedade e à visão de país que defendemos.

O caminho que nos foi imposto é o de sermos oposição a esse governo.

É a defesa intransigente da Constituição Federal de 1988, do patrimônio público brasileiro e da soberania nacional e a não revogação dos direitos conquistados para o nosso povo.

O papel das redes sociais nas eleições - tanto no Brasil como no mundo afora - tem desenhado um novo cenário político, uma vez que as tradicionais estruturas partidárias têm se mostrado obsoletas neste assunto.

As redes sociais advêm de um conceito da sociologia moderna onde o indivíduo se faz presente; tem opinião e compartilha com demais integrantes pensamentos, particularidades e afinidades em grupos identitários sejam eles: por gênero, município, idade, classe social, ou orientação política.

A rede social não se enquadra em uma sociedade hierárquica, mas sim horizontal, onde os protagonistas se comunicam entre si estabelecendo uma relação não-unilateral, mas sim de compartilhamento.

A rede social, dentre todos os seus diversos componentes, e seja utilizada para assuntos de relacionamento, profissional, amizade ou marketing é acima de tudo, um instrumento de comunicação em massa.

Promovermos o debate político através destes canais, através dos rádios e dos canais de TVs comuni-

tárias é necessário, inclusive, para que a formação política e a formação enquanto indivíduo retorne às bases sociais que se dispersaram ao longo do tempo.

Os novos contornos sociais nos obrigam a pensarmos novas abordagens e novos conceitos tecnológicos a fim de combatermos e contrapormos, sob a ótica do estado nacional desenvolvimentista, a visão conservadora do próximo governo.

Dialogar com setores fundamentais para o desenvolvimento do país, e abdicados pelas forças progressistas nas últimas décadas; articular e viabilizar uma frente ampla da sociedade civil, com empresários e trabalhadores a fim de manter uma vigilância permanente na defesa intransigente da democracia e dos direitos sociais são formas constitucionais e democráticas do combate ao autoritarismo; oferecer ao nosso povo uma outra perspectiva de um país desenvolvido, soberano e mais justo é o grande desafio das fundações e dos partidos do campo progressista.

Manoel Dias

Presidente Fundação Leonel Brizola- Alberto Pasqualini

Secretário-Geral Nacional do PDT

CONTRIBUIÇÃO DA:

FUNDAÇÃO MAURICIO GRABOIS

Fundação Maurício Grabois

Nota

O Observatório da Democracia pretende ser um espaço para reunir análises e reflexões sobre os impactos das medidas do governo Bolsonaro para a soberania nacional, os direitos sociais, o desenvolvimento econômico e à democracia. A Fundação Maurício Grabois inicia sua participação com dois textos que avaliam a conjuntura internacional e o avanço da ultradireita no mundo, o contexto que levou à vitória de Bolsonaro no Brasil e como reunir as forças progressistas e populares em torno de uma ampla frente em defesa da democracia.

Os textos da Fundação Maurício Grabois são assinados pelo presidente da FMG, Renato Rabelo, e pelo seu secretário-geral, Julio Vellozo.

Em UNIÃO EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DO BRASIL E DOS DIREITOS DO POVO, Renato Rabelo ressalta que "o resultado da eleição presidencial de 2018 é uma grave derrota sofrida e tem dura consequência estratégica e tática. Nos leva a uma defensiva estratégica e a uma tática de luta que seja capaz de acumular forças, numa correlação de forças muito desfavorável. Uma tática que visa nesse momento político não ter como gume a radicalização de posições, mas a da ampliação de forças políticas e sociais. E saber aproveitar as contradições de interesses e ideias no seio do governo, prenhe de tensões, reforça a luta progressista por seus objetivos".

Julio Vellozo em ALGUMAS IDEIAS SOBRE O GOVERNO BOLSONARO, considera, neste mesmo sentido, que "o signo mais importante que caracteriza o governo Bolsonaro é sua marca antidemocrática, que se manifesta em múltiplas dimensões. Não à toa, os setores do judiciário que já se ocupavam de uma atividade persecutória realizada para além dos limites do Estado democrático de direito foram ao centro do poder com sua eleição. Salvo exista uma contra tendência, representada por uma ampla frente democrática capaz de agrupar setores muito diversos da sociedade e servir de elemento de contenção, viveremos um recuo enorme nesse quesito. A cultura de violência, o ódio aos adversários, o revisionismo sobre o papel da ditadura militar, a intolerância com qualquer tipo de divergência, o sufocamento das universidades e escolas, obscurantismos de toda a espécie, perseguições às minorias, desconsideração das garantias penais mínimas, usos do direito penal para a perseguição aos movimentos sociais e às lideranças de oposição, todos processos que vinham, de um modo ou de outro, fazendo parte da cena política desde antes da ruptura democrática de 2016, tendem a ser muito ampliados.

Ainda sobre a constituição da necessária frente ampla para enfrentar a ultradireita, o presidente da Fundação Maurício Grabois afirma que "é muito importante salientar que na formação das frentes politicas, sobretudo nas mais amplas, devam ser espaços de exercícios de consensos e unidade progressivos".

Ambos os textos fazem uma breve análise das condições econômicas e políticas internacionais que têm contribuído para o avanço da ultradireita. As tensões derivadas de um novo rearranjo de forças no mundo, com o declínio do protagonismo dos Estados Unidos e a transição para uma ordem multipolar, com destaque para o papel da China, Índia e Rússia. Para manter seu poder, os EUA investem em guerras e na desestabilização de governos que tenham alguma alinhamento econômico ou político com estas nações. A América Latina e o Caribe passam a ser alvo do neocolonialismo norte-americana para manter sua hegemonia mundial.

"A América Latina aparentemente vai se tornando em laboratório para novas formas de intervenção politica. Nesse sentido são demonstrativos os acontecimentos no Paraguai, Honduras e o Brasil, com a deposição de seus presidentes eleitos, com participação e beneplácito da justiça", destaca Rabelo.

Para enfrentar o governo Bolsonaro, apontam os autores, é preciso explorar as diversas contradições no interior do consórcio das forças conservadoras que o compõem. Neste sentido, Julio Vellozo siste-

matiza 4 frentes de tensão que merecem ser acompanhadas e exploradas: a tensão entre governo e oposição progressista, composta pelos "setores antípodas do governo tanto na questão democrática quanto na política econômica e social. Isso inclui partidos, movimentos sociais, intelectualidade, parcela da igreja católica, etc. A segunda linha de tensão é entre o governo e setores liberais em matéria econômica, que defendem a manutenção das garantias constitucionais e do regime democrático. A terceira linha de tensão é entre o governo e a opinião pública internacional; e a quarta é a que se dá no interior do próprio governo. "Em um momento complexo como o que vivemos, produto de uma série de derrotas consecutivas e de grande monta, qualquer divisão no campo adversário é um recurso decisivo para conter a violência do governo de ocupação contra a democracia e para preparar a ofensiva democrática futura", conclui.

União em Defesa da Democracia, do Brasil e dos Direitos do Povo

A eleição de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais instaura um novo ciclo político no país, vincado por explícitas ameaças à democracia, aos direitos do povo, à soberania da nação e ao patrimônio nacional. Indica uma rota que vai na contramão da profunda transição em curso na ordem mundial. O golpe de agosto de 2016 foi o gatilho que disparou a escalada da direita mais extremada ao governo da República.

Para isso, não há somente causas internas, mas um conjunto de fatores de fundo que permite uma compreensão mais ampla desse fenômeno. Apesar do promissor resultado com a chapa Haddad-Manuela, alcançando 45% dos votos, em nossa opinião, o resultado da eleição presidencial de 2018, é uma grave derrota sofrida pelas forças democráticas e progressistas e tem dura consequência estratégica e tática.

O governo Bolsonaro significa uma ruptura na ordem democrática nacional, um retrocesso aquém da redemocratização institucionalizada em 1988, passos atrás na defesa do interesse nacional no contexto da transição em curso na ordem mundial, a imposição de um plano de austeridade econômica para a maioria da população, recuo nos direitos trabalhistas aquém do período getulista e até involução nas conquistas civilizacionais.

A união de forças oposicionistas agora decorre da instauração do governo com tais características, assim permite a conformação de uma frente política ampla – em defesa da democracia, da soberania nacional e do progresso social – sendo este o modo mais eficaz para mobilizar e reunir todas as forças possíveis de serem unidas, capaz de isolar o governo e levá-lo à derrota.

Essa visão de frente ampla, nas condições atuais, tem como centro de gravidade, o seu mote, a defesa da democracia ameaçada como posição para o avanço de outras grandes bandeiras. A frente assume um perfil democrático marcante. Sem liberdade política as lutas se tornam mais difíceis.

I - Um mundo em transição

A evolução do sistema internacional no início do século 21 é marcada pela emergência de novos polos de poder no mundo, oriundos dos países ditos emergentes, que não compunham o núcleo central do sistema internacional moderno. A previsão por instituições de acompanhamento da evolução das nações avaliam que até 2030, as dez maiores economias mundiais serão formadas por sete países provindos de fora desse núcleo central moderno. A China já a maior economia global, medida pela paridade do poder de compra (PPC), e a Índia já estará ultrapassando os Estados Unidos nesse período previsto.

A China e a Índia na história da economia mundial atual são exemplos de uma trajetória em direção ao centro do sistema a partir de sua "periferia". Só tem precedentes na ascensão dos próprios Estados Unidos e da Alemanha pós-unificação no século 19. São países de grande dimensão populacional e territorial, com poderio militar nuclear, e que não se renderam ao cerco em torno da liberalização financeira e cambial. Para isso conseguiram criar modernas estruturas estatais de planejamento e regulação. E entre esses novos polos destaca-se a atuação internacional da Rússia -- a partir da ascensão de Vladimir Putin -- que tem procurado reconstituir esferas de influência para enfrentar o cerco desencadeado pelos Estados Unidos. Nesta nova atuação, a Rússia mantém o segundo maior arsenal nuclear do mundo, e atua explicitamente como potência energética – poder advindo das suas gigantescas reservas de petróleo e gás. Amplia assim suas áreas de influência na Ásia Central e explora a condição de dependência energética da Europa.

O ano de 2019 se encontra nesse entroncamento de uma transição do pós-guerra fria para mudança

tendencial no sistema de poder internacional. Os Estados Unidos, sobretudo a partir do governo de Donald Trump, aguçaram a rivalidade geopolítica pela hegemonia no século 21 com a China e a Rússia. A diretriz exposta no documento Estratégia de Segurança Nacional de Trump, afirma que a "China e a Rússia desafiam seu poder, a sua influência e os interesses dos EUA e tentam minar a segurança e a prosperidade norte-americana". A escalada protecionista contra a China, as sanções e ações de isolamento contra a Rússia levaram, diante disso, a Beijing e Moscou a consolidar sua aproximação para enfrentar essa ameaça.

Nesse contexto de grandes transformações, instabilidade e ameaças nesse início das duas décadas do século 21, é caracterizado pelos conflitos em toda a região do Oriente Médio, pela perda relativa de poder e influência da Europa, pelo renascimento da Doutrina Monroe, com a contraofensiva do imperialismo estadunidense na América Latina e Caribe, pelo deslocamento do eixo político e econômico para a Ásia, e pela crescente desigualdade entre os países centrais e os periféricos e dentro de todos eles.

Em suma, sobressaem: a crescente ameaça neocolonial dos Estados Unidos, com crescente investimento em armas modernas e tecnologia cibernética na tentativa de assegurar a sua hegemonia mundial; o acirramento e tensão da disputa comercial e de domínio da tecnologia da "quarta revolução tecnológica" entre os Estados Unidos e a China; o avanço da trajetória para um mundo multipolar, com a ascenção de novos polos ao centro do sistema internacional.

Donde fica o Brasil nesse contexto destacado no curso internacional? O país se afasta cada vez mais de um projeto próprio e autônomo de desenvolvimento, com base no interesse nacional e nos anseios fundamentais do seu povo. Prevalece a orientação que vai na contramão da profunda transição em curso na ordem mundial.

II - Brasil: a Nação e o povo diante do momento histórico presente

Governo eleito de Jair Bolsonaro:

O Brasil passou por uma ruptura institucional, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016, por meio de um golpe de Estado parlamentar. O governo Temer estabeleceu um regime de crescentes medidas de exceção, entrega do Pré-sal e aplicação plena do receituário neoliberal; não logrou a superação da crise, mas a agravou; não retomou o imprescindível crescimento da economia; a renda per capita retrocede ao nível de 2009, cresceram as camadas pobres e só aumentou o desemprego.

Esse golpe de agosto de 2016 foi o gatilho que disparou a escalada da direita mais extremada ao governo da República. A eleição de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais instaura um novo ciclo político no país, vincado por explicitas ameaças à democracia, aos direitos do povo, à soberania da nação e ao patrimônio nacional. Foi eleito um presidente da República declaradamente determinado a instaurar um governo de conteúdo autoritário extremado, para aplicar, de qualquer modo, um programa ultraliberal e neocolonial. O fato é que há uma guinada em direção a um retrocesso, à desconstrução, e mesmo à destruição de históricas realizações progressistas.

A encruzilhada diante da Nação, uma constante de nossa história, segue a via oposta à democracia, à soberania e ao desenvolvimento nacional, ao progresso social e civilizacional.

A democracia reiniciada 1985 -- após o fim da ditadura militar -- institucionalizada com a Constituição de 1988, sofre um corte. Dada a importância do Brasil, que possui uma economia que está entre as dez maiores do mundo, por sua importância geopolítica no continente latino-americano, essa ruptura reacionária pode ter forte impacto regressivo na América Latina.

América Latina, laboratório para novas formas de intervenção política:

O ascenso da extrema-direita no Brasil não está relacionado somente às causas internas. Um conjunto de fatores de fundo permite uma compreensão mais ampla desse fenômeno. A crise do capitalismo contemporâneo e o redesenho do mapa geopolítico e geoeconômico, abrem caminho para a aplicação ou propostas de solução de correntes extremadas de direita, de matriz facistizante. A propósito, a matriz de cunho fascista só ganha alento e projeção com a crise, num quadro que leva à "cólera da nação" (Maurice Bardèche, neofascista depois da 2ª Guerra).

O extrato dominante do capitalismo se divide para dar resposta à crise: uma parte mantém a politica liberal, a outra alega ser essa politica incapaz de resolver a crise e enceta uma solução autoritária, ou ditatorial aberta, nacionalista xenófoba, com variantes próprias em cada país.

Além disso, no caso brasileiro, com a eleição de Bolsonaro à presidência da República, se passa no contexto politico da América Latina. A viragem política progressista em grande parte desse continente latino-americano, no começo do século 21, começou a ser barrada. Em meados da segunda década, inicia uma contraofensiva conservadora no continente, sob a condução do imperialismo dos Estados Unidos, agora na atualidade do governo Trump, e seus aliados das classes dominantes local. O alvo principal dessa ofensiva é hoje a Venezuela submetida a um cerco e ameaças crescentes de invasão militar. Vem prevalecendo uma guinada à direita, com exceção do México. A América Latina aparentemente vai se tornando em laboratório para novas formas de intervenção politica. Nesse sentido são demonstrativos os acontecimentos no Paraguai, Honduras e o Brasil, com a deposição de seus presidentes eleitos, com participação e beneplácito da justiça.

Essas novas formas passam pela instrumentalização aberta do judiciário, na perseguição dos inimigos internos, na exploração de um bode expiatório, agindo à revelia do devido processo legal, utilizando do processo penal em função de um viés político, sempre favorecendo os Estados Unidos e seus aliados domésticos. Em mira está o poder politico, para aplicação do receituário econômico neoliberal e prevalência da via da austeridade, corte de direitos da maioria da população, alienação da soberania do país e retrocesso de conquistas emancipadoras.

A resistência de amplas forças políticas e sociais:

No Brasil a democracia está em risco. Mas é preciso acentuar: não será fácil Bolsonaro enterrar a democracia. A campanha na reta final da chapa Haddad-Manuela chegou a levantar a consciência democrática da nação, alcançando mais de 47 milhões de votos. Camadas expressivas da sociedade brasileira passaram a perceber o que estava em jogo nesse momento de nossa história. A resistência das forças democráticas, progressistas, populares e patrióticas parte assim de forte potencial a ser mobilizado e ampliado, de contingentes que não aceitam a imposição de um Estado de Exceção e do retrocesso.

Por outro lado, em nossa opinião, o resultado da eleição presidencial de 2018, é uma grave derrota sofrida e tem dura consequência estratégica e tática. Nos leva a uma defensiva estratégica e a uma tática de luta que seja capaz de acumular forças, numa correlação de forças muito desfavorável. Uma tática que visa nesse momento político não ter como gume a radicalização de posições, mas a da ampliação de forças políticas e sociais. E saber aproveitar as contradições de interesses e ideias no seio do governo, prenhe de tensões, reforça a luta progressista por seus objetivos.

A investida da extrema-direita que levou Bolsonaro à presidência da República consistiu de expressivo apoio popular e envolveu poderosos extratos da sociedade: parte significativa da classe dominante, monopólios financeiros, o dito "mercado", maioria das igrejas evangélicas, parcelas decisivas das Forças Armadas, do Poder Judiciário, da grande mídia, do Ministério Público Federal e da Policia Federal.

A situação transcorreu desde o declínio após o terrível impedimento da presidenta Dilma, seguido das contra(reformas) impostas pelo governo Michel Temer, a forçada prisão de Luiz Inácio Lula da Silva. Isso tudo culminou na eleição de Jair Bolsanaro, de grandes bancadas legislativas e de maioria dos governos estaduais, resultados do efeito de um amplo reagrupamento de forças reacionárias no Brasil, no leito de uma tendência mundial. Tem apoio integral do imperialismo norte-americano e de partidários da direita extremada e fascista no mundo. É hoje um consenso que esse revés nos levou a uma situação a mais adversa desde o Golpe Militar de 1964.

A eleição de Bolsonaro nem é uma simples continuidade do governo Temer, mas se compõe na tentativa de mudar de fato o próprio regime político instaurado com a Nova República, pactuado com a Constituição de 1988. O que se passa é que no curso político brasileiro desponta um novo período demarcado pelo autoritarismo extremado, pelo ultraliberalismo, pelo conservadorismo na prática comportamental.

O que significa esse novo marco na história política do Brasil? Trata-se de uma ruptura na ordem democrática nacional, um retrocesso aquém da redemocratização institucionalizada em 1988, passos atrás na defesa do interesse nacional no contexto da transição em curso na ordem mundial, a aplicação de um plano de austeridade econômica para a maioria da população, de recuo nos direitos trabalhistas aquém do período getulista e até involução nas conquistas civilizacionais. Essas são as indicações feitas pelo governo atual, no seu começo errante, já consumido por escândalos, ainda de incertezas e respaldado pelo núcleo político e social heterogêneo que o levou ao planalto.

A implantação desse governo com esses traços vincados gera necessariamente várias oposições que podem formar uma resistência de união de forças democráticas, nacionalistas e populares, cujo alvo principal é isolar e derrotar esse governo com tais intentos.

III - Frente Ampla em defesa da democracia, do Brasil e dos direitos do povo

A união de forças oposicionistas decorre da instauração do governo com tais características, assim permite a conformação de uma frente política ampla – em defesa da democracia, da soberania nacional e do progresso social – sendo este o modo mais eficaz para mobilizar e reunir todas as forças possíveis de serem unidas, capaz de isolar o governo e leva-lo a derrota.

Essa visão de frente ampla, nas condições atuais, tem como centro de gravidade, o seu mote, a defesa da democracia ameaçada como posição para o avanço das outras grandes bandeiras. Porquanto o pressuposto da liberdade politica, partidária, sindical, minorias, de organização e mobilização popular é que permite prosseguir na luta pelos direitos do nosso povo e a soberania nacional. As ameaças à liberdade política são explícitas – o governo tem um ímpeto saliente de autoritarismo e tendência fascistizante. Sem a liberdade política, as lutas se tornam mais difíceis.

Portanto, o meu ponto de vista é que essa frente assume um perfil democrático marcante, podendo assim combinar uma relação de ação comum com todas as organizações de esquerda, centro-esquerda, de setores populares e também de personalidades do centro político. Alguns exemplos recentes apontaram nesse sentido. Na campanha eleitoral de 2018, no Nordeste brasileiro, amplas coalizões partidárias foram formadas, truncando o bolsonarismo e alcançando ampla vitória do nosso campo. A recente vitória na Câmara dos Deputados que sustou o projeto "Escola sem partido" reuniu partidos, organizações de esquerda e populares e deputados de outras tendências liberais.

Como se relaciona as forças populares ou uma frente popular, que reúna a esquerda com a frente ampla? Os comunistas do PCdoB, com sua longa experiência nesses períodos antidemocráticos e de restrição às liberdades têm pontuado que o campo popular deve se constituir como um núcleo da fren-

te democrática ampla, procurando indicá-la para as posições oposicionistas mais consequentes. São frentes de conteúdo popular dentro de uma frente maior de perfil democrático. Desse modo, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo devem fazer parte dessa frente sem diluir-se nela, mas sendo uma base de unidade popular dentro da frente maior. Daí a importância da crescente unidade popular.

Em tal situação, é primordial para garantir a unidade popular, a defesa constante das reivindicações mais sentidas das massas populares, sobretudo as voltadas para as questões candentes como o emprego, salário, condições de vida e de trabalho. Para isso contribui a organização das Centrais Sindicais em um Fórum comum e em uma articulação convergente com os setores populares.

As contradições entre a unidade e luta, numa frente ampla, heterogênea são comuns e devem ser resolvidas, sempre buscando a unidade. E, principalmente, no campo das forças de esquerda constituem-se em procedimento vil e nocivo os ataques entre partidos e agressões entre seus membros, fora do leito salutar da luta de ideias, isso levando à desagregação e não à convergência e unidade.

É muito importante salientar que na formação das frentes politicas, sobretudo nas mais amplas, devam ser espaços de exercícios de consensos e unidade progressivos. Por isso é inviável para um justo andamento frentista, ter de antemão um líder único ao qual todos os demais devam seguir. Do mesmo modo é questionável que a frente deva nascer sob a hegemonia antecipada de um partido.

Consequências da revolução tecnológica na informação e comunicação para a luta das forças progressistas:

Por fim, não poderia deixar de situar a questão nodal do século 21, que impacta e modifica tudo: a própria luta pela democracia, a luta pelas liberdades, o mister da política, a existência e funcionalidade dos partidos, as formas de mobilização e organização massivas, os levantes e as revoltas, a batalha eleitoral. Tratam-se das revolucionarias tecnologias da informação e comunicação advindas da era da INFORMÁTICA, da Internet, da nova realidade da sociedade organizada em redes manipuláveis, que atinge o amago da informação e da formação do conhecimento. Qualquer pessoa com um dispositivo conectado à internet agora opera como um propagador de mensagens ou produtor de conteúdos. Vai além disso, conforma uma prática de grandes assembleias públicas de debate permanente, subvertendo toda a comunicação e a informação tradicional.

Essa mudança gigantesca permite uma mudança essencial, anômala: o apoio à verdade passa a ser relativa, até mesmo deixar de ser pertinente. A internet não impede o que é falso. Daí a era da chamada "pós-verdade". Nas redes sociais são cidadãos decididamente inclinados a formular uma realidade própria. Eu tenho a minha verdade você tem a sua. Do auge dessa nova situação de subversão da essência do ser (filosófico) – a realidade concreta – avultam as fakes news. A construção de uma falsidade é o que antes já existia usado pelos monopólios da comunicação, mas agora são utilizadas por novas mídias baseadas na robótica da informação, por exemplo. Isso fez parte do debate político como se fosse normal e foi o que aconteceu na eleição presidencial de 2018.

A lisura do pleito foi corrompida para favorecer a candidatura da extrema-direita, por intermédio de expedientes ilegais, ao estilo da denominada guerra hibrida que estimula grande quantidade de notícias falsas, nas quais procuraram atingir de forma sórdida Hadadd e Manuela. Tal situação passa pela luta especifica no terreno judicial, é uma nova frente de luta. É nesse terreno da revolução provocada pela internet, que as forças progressistas têm que estar à altura das novas tecnologias, agora no período da luta de resistência, em uma reorganização para atingir seus objetivos e assimilar essa nova metodologia para a luta.

RENATO RABELO

Presidente da Fundação Maurício Grabois

Algumas ideias sobre o governo Bolsonaro

Três crises

Dez anos após a grande crise de 2008, o mundo parece viver uma situação de aporia. Em diversos campos do conhecimento, multiplicam-se as interpretações de que estamos entrando em um novo tempo e que ele a princípio não parece animador. Não à toa, como notou o filósofo Slavoj Žižek, a produção artística e a indústria cultural estão tomadas por narrativas apocalípticas. Há uma sensação generalizada de que estamos vivendo o fim dos tempos, ou ao menos o fim de um determinado tempo. Essa situação, captada pelo mundo das artes e do entretenimento, é produzida por uma série de crises, das quais três são centrais e nos interessam mais diretamente.

A primeira delas é provocada pela grande transição mundial ora em curso em direção uma ordem multipolar, consubstanciada na ascensão da China e no declínio relativo dos Estados Unidos. Fazem parte desse mesmo processo o protagonismo da Rússia e a ascensão de outros países da Ásia, com destaque para a Índia. Alguns autores têm preferido caracterizar essa transição como sendo a passagem a um predomínio do Oriente em relação ao Ocidente, ideia que sustenta também no papel geopolítico da Turquia e do Irã e no robusto e continuado crescimento econômico verificado em economias do sudeste asiático, agrupadas na ASEAN.

Considerado o limite de tamanho, não cabe a este texto expor os números que revelam essa ultrapassagem, mas talvez seja suficiente olharmos para dois exemplos bastante simbólicos da última quinzena. Nos últimos dias foi anunciado que os chineses iniciaram a exploração do outro lado da lua e lá fizeram brotar uma semente, um feito amplamente noticiado, especialmente nos Estados Unidos. Isso acontece em meio ao enfraquecimento constante dos investimentos na NASA e do abandono de uma série de programas tocados pela agência espacial norte-americana. O segundo exemplo é o esforço concentrado, levado à cabo especialmente pelos Estados Unidos e pela Alemanha, contra a gigante chinesa Huawei – a empresa que mais vende smartphones no mundo e que tem colocado a Apple em crescente dificuldade ao se posicionar de maneira eficaz para ocupar o primeiro lugar na venda de aparelhos voltados à tecnologia 5G. Esses dois acontecimentos, ambos repletos de um simbolismo que toca especialmente o público norte-americano, são refrações desse processo global em curso.

Um olhar para a história mostra que, até hoje, essas transições foram acompanhadas de grandes conflitos. Nenhuma potência dominante aceitou a perda de sua hegemonia sem lutar de forma denodada para mantê-la. Elas também resultam em mutações complexas no campo que podemos denominar como sendo o da cultura, da ideologia ou da superestrutura – o uso do conceito vai do gosto do freguês. Nesses momentos de disputa acirrada, a tolerância, a alteridade e as predisposições à convivência com os diferentes costumam ser substituídas pela estigmatização, pelo enfrentamento, pela naturalização e até mesmo pelo culto à violência. Correndo o risco de algum anacronismo, é possível pensar em transições com essa característica desde a Antiguidade.

A segunda grande crise que vivemos é econômica. A verdade é que, depois de um período povoado de ilusões, vai se estabelecendo um consenso de que os remédios ministrados para vencer a grande crise de 2008 não curaram o paciente. Pelo contrário, colocaram a economia mundial em uma situação de difícil superação. Os trilhões empregados para o socorro dos bancos e das grandes empresas falidas ampliaram as dívidas dos países. Segundo o Banco Mundial, a dívida global acumulada atingiu 225% do PIB do planeta, número que tem contribuído para a grande incerteza em que nos encontramos. O mundo vive sob um temor crescente de que uma grande recessão se inicie nos Estados Unidos no próximo período, com graves consequências para a economia mundial. Alguns bancos estimam que essa

recessão se iniciará em 2020. Na Europa, as economias da Itália e da Alemanha também flertam com a recessão, apesar de inúmeros esforços para contê-la. A verdade é que os mecanismos tradicionalmente utilizados para estimular a retomada do crescimento econômico parecem ter perdido sua eficácia, ampliando em escala global o processo vivido há muitos anos pelo Japão, onde nenhuma medida contracíclica tem conseguido tirar o país da estagnação. Taxas de juros muito baixas já não conseguem incentivar a atividade econômica e, apesar de todos benefícios dados às finanças nas últimas décadas, têm levado importantes instituições bancárias a situações de grave dificuldade. A desindustrialização – provocada por mudanças tecnológicas, pelo predomínio dos interesses do capital financeiro e pela transferência de plantas produtivas que antes se encontravam nos Estados Unidos e na Europa para outras regiões, especialmente para a Ásia – gerou desemprego, destruição de cidades inteiras, liquidação de cadeias produtivas. Esse processo é acompanhado por uma queda continuada da renda média já que o emprego industrial tende a elevar a renda geral mesmo dos empregos não industriais, algo revertido em momentos de desindustrialização.

A terceira grande crise é ainda embrionária, mas tem dimensões absolutamente catastróficas, mesmo segundo os analistas comprometidos com a atual ordem neoliberal. Trata-se da chamada Revolução 4.0, que promete mudar completamente o mundo do trabalho, com consequências sociais assustadoras e ainda imprevistas. Combinadas, a inteligência artificial, a robótica, a internet das coisas, os veículos autônomos, a impressão em 3D, a nanotecnologia, a biotecnologia, a ciência dos materiais, o armazenamento de energia e a computação quântica devem mudar de maneira assombrosa boa parte das relações humanas. Essa revolução significará a destruição de milhões de postos de trabalho, o fim de centenas de profissões. A destruição do trabalho provocada pelo neoliberalismo, catapultada a níveis inimagináveis pela Revolução 4.0, formará uma massa enorme de descontentes, de desesperados, que tendem a ser uma ameaça de grande monta ao sistema. O McKinsey Global Institute, mais importante consultoria do mundo, estima que quase metade dos empregos atuais são vulneráveis a serem substituídos por robôs e que dois terços das crianças que começam a escola hoje ou terão empregos que ainda não foram inventados ou não terão empregos. Engana-se quem pensa que essa vulnerabilidade incide apenas sobre os trabalhos de baixa qualificação: a perspectiva é que diversas profissões qualificadas também sejam afetadas, como jornalismo, direito, tradução e até alguns campos da medicina. Se o capitalismo sempre teve problemas em lidar com uma massa empregada e com um exército de reserva reivindicando direitos, o que fazer com um incrível e inédito número de pessoas sem qualquer perspectiva?

Uma nova divisão da classe dominante

Os setores dominantes estão, portanto, diante de três grandes crises: a ascensão da China e de outras potências do Oriente, que preparam sua ultrapassagem em relação aos Estados Unidos/Ocidente; uma crise econômica que tem se mostrado resistente aos mecanismos clássicos que o capitalismo desenvolveu para administrar suas crises e para a qual fica cada vez mais difícil encontrar uma alternativa dentro dos marcos do capitalismo contemporâneo; os impactos da Revolução 4.0 sob a massa trabalhadora, o que tende a criar uma imensa e inédita massa de deserdados que pode colocar as bases do sistema em risco.

As classes dominantes do Ocidente se dividiram em como lidar com essa tripla crise. De um lado, existem os que consideram que o melhor caminho é a manutenção do modelo político liberal-constitucional erigido durante o século XIX; de outro, há os que consideram que esse modelo caducou e que, para manter a reprodução ampliada do capital em sua atual fase seria preciso adotar um modelo que suprima os limites colocados por esse regime. Uma divisão análoga, ainda que não idêntica, aconteceu na década de 1930 diante do impasse de como lidar com a crise de 1929. Naquele momento, no entanto, havia uma terceira corrente, representada por setores da burguesia que procuraram uma alternativa

econômica que não fosse liberal, buscando resolver a crise com uma combinação de esforço estatal pela retomada do desenvolvimento, com forte preocupação em combater a miséria, gerar empregos e prover alguns direitos sociais. Essa corrente hoje é inexistente ou inexpressiva entre as classes dominantes.

Voltemos aos dois paradigmas de dominação em choque nos dias de hoje. O primeiro modelo, que mantém a aposta na constituição e no liberalismo político, é preciso que se diga, demonstrou-se absolutamente comprometido com neoliberalismo. Conduziu a destruição de direitos sociais, a precarização do trabalho, a privatização, o desmonte de mecanismos de garantia do bem-estar social. Para viabilizar esse programa, este setor não vacilou em golpear fortemente a democracia, transferindo parte importante do poder decisório para as grandes corporações e para organismos internacionais como a União Europeia, o Banco Mundial e o FMI. Gente a soldo do mercado, absolutamente comprometida com os interesses da banca, ocupou os mais importantes postos de gestão da economia nos governos dirigidos por esses grupos políticos em todo o mundo. Esses postos, ocupados por gente supostamente técnica, "infensa às pressões da política", foram blindados, recebendo em alguns lugares autonomia formal, em outros uma autonomia de fato para a gestão dos negócios públicos, com graves consequências para a democracia. Nos países em desenvolvimento, esse setor deixou de lado projetos de desenvolvimento nacional, de industrialização, de modernização, de combate às desigualdades e quaisquer posturas autônomas frente às potências mundiais o que, por si só, representa um ataque indireto à democracia.

Apesar disso tudo, esses setores defendem a manutenção do velho modelo do liberalismo político construído no século XIX e estão em combate contra a ultradireita reacionária. Seu projeto é enfrentar a crise mantendo as eleições, o parlamento, a divisão de poderes, as garantias individuais, a liberdade de imprensa, os princípios basilares do penalismo iluminista, o direito de livre organização, manifestação e pensamento – ainda que todos esses pilares sejam relativizados quando entram em choque com os interesses do grande capital. Dito de outra maneira, apesar do conteúdo inevitavelmente antidemocrático do projeto neoliberal, esses setores defendem a manutenção das características fundamentais dos regimes constitucionais-liberais instaurados no período posterior à derrota da Revolução Francesa e alargados pelas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras durante mais de um século.

O segundo grupo, ultradireitista, considera que, para enfrentar essa tripla crise, é necessário abrir mão do liberalismo político e dos regimes constitucionais clássicos. Por trás de toda a inflamação retórica nacionalista, sua conclusão é a de que os regimes liberais geram instabilidade política, sendo obstáculos para a retomada do desenvolvimento, para a pilhagem mais eficaz das economias subordinadas, para a hiper-exploração do trabalho e para o necessário descarte em massa dos indesejáveis. Para eles, a instabilidade oriunda do liberalismo político e do regime constitucional seria ainda uma desvantagem competitiva em relação a regimes mais planificados e centralizados, como o da China. Para conter o avanço chinês ou asiático seria preciso liquidar as garantias constitucionais e a democracia tal como a conhecemos.

Os grupos políticos ultradireitistas nos quais essa fração das classes dominantes passou a se apoiar estão por aí faz tempo. A novidade é a sua adoção por esses pesos pesados das elites econômicas. O grau de desenvolvimento desses grupos em países como a Alemanha, Áustria, Itália, Hungria, Suécia, Estados Unidos e Brasil demonstram que já não se trata de livre atiradores de direita manejando um discurso eleitoral eficiente: parte importante dos grandes agentes da burguesia internacional aderiu ao caminho do estabelecimento de uma ditadura terrorista do capital financeiro.

Apesar de terem como objetivo a destruição do regime liberal-constitucional, seus líderes passaram pelo crivo das urnas e mantém índices de apoio relevantes. Além disso, mantém grandes massas de apoiadores ativos e mobilizados permanentemente, uma espécie de vanguarda ampliada em ação diuturna. Isso é feito através da defesa de ideias xenófobas, conservadores e supremacistas cujo repertório

é adaptado às características concretas do país em questão, colando-se a preconceitos preexistentes em cada local e potencializando-os. O sentimento religioso também é manipulado, distorcido e mobilizado para a defesa de suas posições. De todos esses sentimentos, um deles é particularmente decisivo em todas essas experiências: a questão da segurança. É como se essas forças tivessem conseguido erigir um novo paradigma hobbesiano, com uma massa imensa de pessoas se dispondo a abrir mão de sua liberdade, da democracia, até mesmo de algumas de suas vantagens materiais, em nome de um Estado capaz de combater um inimigo ficcionalizado. Este, em geral, é um tipo múltiplo, prismático, indefinido: é o cigano, o ladrão, o comunista, o imigrante, o negro, o estrangeiro, o mendigo, a mulher, o gay, o esquerdista, aquele que de algum modo fantasioso irá ameaçar seu modo de vida.

Essa segunda fração das classes dominantes tem conseguido mobilizar aquilo que Luigi Ferrajoli denominou de poderes selvagens: uma massa da população que está disposta a, em nome da segurança, do combate a esse inimigo ficcionalizado e prismático, destruir as garantias individuais, os direitos estabelecidos por constituições e códigos. Para isso, têm contado com o apoio de amplos setores do judiciário que estão dispostos usar o processo penal como instrumento persecutório de uma caçada que é cirúrgica a inimigos políticos e massiva indiscriminada contra os mais pobres.

Todo esse processo sustenta, direta ou indiretamente, de forma consciente ou não, uma das necessidades fundamentais do capitalismo atual e do que vem com a destruição do trabalho produzida pela Revolução 4.0: o descarte em massa dos indesejáveis. Quando dois governadores de Estado, avisam a menos de uma semana das eleições no Brasil que em seu governo a polícia irá atirar para matar – ou "mirará na cabecinha" – era exatamente esse mandato que estavam buscando.

O governo Bolsonaro

O governo Bolsonaro é a expressão brasileira desse fenômeno. Aqui, como no resto do mundo, a vitória eleitoral da candidatura do PSL só pode ser explicada pela adesão de uma parcela importante das elites econômicas do país à via da violência, da destruição da democracia e da remoção das garantias individuais e constitucionais para a implementação de suas políticas coloniais e ultraliberais. Considerada essa origem, o signo mais importante que caracteriza o governo Bolsonaro é sua marca antidemocrática que se manifesta em múltiplas dimensões. Não à toa, os setores do judiciário que já se ocupavam de uma atividade persecutória realizada para além dos limites do Estado democrático de direito foram ao centro do poder com sua eleição. Salvo exista uma contra tendência, representada por uma ampla frente democrática capaz agrupar setores muito diversos da sociedade e servir de elemento de contenção, viveremos um recuo enorme nesse quesito. A cultura de violência, o ódio aos adversários, o revisionismo sobre o papel da ditadura militar, a intolerância com qualquer tipo de divergência, o sufocamento das universidades e escolas, obscurantismos de toda a espécie, perseguições às minorias, desconsideração das garantias penais mínimas, usos do direito penal para a perseguição aos movimentos sociais e às lideranças de oposição, todos processos que vinham, de um modo ou de outro, fazendo parte da cena política desde antes da ruptura democrática de 2016, tendem a ser muito ampliados.

O programa apresentado por Bolsonaro e pelos principais líderes da campanha é marcado, em segundo lugar, pela demolição de conquistas civilizatórias que vêm desde a década de 1930. A privatização de tudo, a ampliação da reforma trabalhista com remoção dos direitos que restam, o desmonte dos serviços públicos, a cobrança de mensalidade nas universidades, o fim das vinculações orçamentárias constitucionais que, combinadas com o teto de gastos, significam o completo desmonte do frágil aparato de direitos sociais que o país mantém, uma política de segurança pública oficial e velada que levará ao extermínio e ao encarceramento em massa dos indesejáveis, a destruição da previdência pública, etc.

Diante de um programa assim e da vinculação orgulhosamente bovina aos interesses dos Estados Unidos, podemos dizer que estamos sob um verdadeiro governo de ocupação. Ele assemelha-se às administrações colaboracionistas coloniais, cuja atividade fundamental era gerir a extração das riquezas que interessavam à metrópole de maneira eficiente. A semelhança não é mera coincidência: um dos mecanismos mais importantes para a gestão da atual crise é a transformação das economias dos países em desenvolvimento em repasto de uma nova acumulação primitiva de capital.

Ele também opera para transformar o Brasil em uma base da luta para conter ou adiar o processo de transição mundial ora em curso. O oferecimento de uma base militar para os Estados Unidos, as provocações ultrabelicosas contra a Venezuela e o início do incentivo estatal a uma cultura sinofóbica não são apenas expressões do núcleo folclórico do governo, ainda que se manifestem de forma atabalhoada. Essas são atitudes dotadas dessa lógica entreguista. Na verdade, diante do estado de crescente conflituosidade que o mundo vive, o governo Bolsonaro insere o Brasil na rota das possíveis colisões belicosas.

Mesmo sendo dotado de um projeto claro, o governo Bolsonaro começou muito mal. A imperícia dos escolhidos do presidente para administrarem a máquina pública, a inaplicabilidade à gestão de Estado de parte importante das ideias do grupo e, especialmente, os escândalos envolvendo a família Bolsonaro, criaram um cenário de decepção para parte de seus apoiadores. Tem especial importância a revelação de indícios de ligação do grupo mais próximo do presidente com as milícias do Rio de Janeiro, linha de investigação que ainda está em seus primeiros passos. A Rede Globo, ameaçada pelos compromissos do governo com os detentores da Rede Record, tem sido ponta de lança do desmascaramento dessas vinculações.

Há divisões diferentes, mas é possível olhar o governo como sendo composto por sete setores: militares, lavajatistas, políticos, evangélicos, mercado, e olavistas - os nomes são auto-explicativos. Em um mapa muito precário e impreciso, podemos dizer que as áreas mais relevantes do governo ficaram divididas da seguinte forma: o Ministério da Economia, a presidência dos bancos públicos, o Banco Central e metade do Ministério de Minas e Energia ficaram nas mãos do grupo do mercado. Os militares, que detém, entre todos os grupos, a maior participação no governo, dominam a Defesa, toda a área de infra-estrutura, a Ciência e Tecnologia e dividem com os olavistas o Ministério da Educação e com o mercado o Ministério das Minas e Energia. Os olavistas, por sua vez, controlam todos os principais cargos das Relações Exteriores e têm postos relevantes na Educação, incluindo o ministro. Os políticos – ressalte-se a precariedade da caracterização desse grupo, considerando-se a miríade de interesses diversos – controlam o Ministério da Saúde, a Anvisa, a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência. Os evangélicos ocupam parte do ministério da Família, que dividem com os "políticos".

Dessa composição, saltam aos olhos dois dados. O primeiro é a sub-representação de membros do parlamento. Para ampliar a questão, o líder do governo é alguém recém-eleito, sem qualquer trânsito na casa. Há, ainda, uma sub-representação do grupo evangélico, base importante para a eleição de Bolsonaro e que reclamou explicitamente de seu escanteamento durante a montagem do governo, o que pode indicar uma possível dificuldade da gestão em aprovar seu programa. O segundo dado é a forte presença de militares na máquina governamental. O mapa precário que apresentamos acima mostra um grande número deles e tratamos apenas de alguns do cargos mais importantes. Levantamento realizado pela Folha de S.Paulo mostra que já são 45 militares espalhados por 21 áreas do governo. É difícil tirar todas as consequências desse processo. Por um lado, é possível pensar que o setor impeça um processo muito radical de entrega do patrimônio nacional, se não em áreas decisivas para o desenvolvimento econômico, ao menos em áreas estratégicas para a defesa. Por outro – e isso nos parece mais grave e preocupante – a grande presença militar pode ampliar as tentações autoritárias e o sentimento refratário à alternância de poder.

Parecem existir quatro linhas de tensão fundamentais em relação ao governo, que podem ser aproveitadas na luta política. A primeira delas é a que se dá entre governo e oposição progressista. Estamos nominando como oposição progressista os setores antípodas do governo tanto na questão democrática quanto na política econômica e social. Isso inclui partidos, movimentos sociais, intelectualidade, parcela da igreja católica, etc. A segunda linha de tensão é a que se dá entre o governo e setores que, apesar de serem liberais em matéria econômica, defendem a manutenção das garantias constitucionais e do regime democrático. A terceira linha de tensão é a que se dá entre o governo e a opinião pública internacional, aí incluídos tanto organismos da sociedade civil e indivíduos comprometidos com uma pauta progresssista quanto governos que, por interesses diversos, possam contribuir na defesa das garantias individuais contra as perseguições vindouras. A quarta linha de tensão é a que se dá no interior do próprio governo, dentro do complexo condomínio que detém as rédeas do país. Nesse caso, tanto interesses quanto ideias divergentes podem e devem ser exploradas pelas oposições. Em um momento complexo como o que vivemos, produto de uma série de derrotas consecutivas e de grande monta, qualquer divisão no campo adversário é um recurso decisivo para conter a violência do governo de ocupação contra a democracia e para preparar a ofensiva democrática futura.

Julio Vellozo, professor universitário e secretário-geral da Fundação Maurício Grabois.

CONTRIBUIÇÃO DA:

FUNDAÇÃO ORDEM SOCIAL

Nota

A Fundação da Ordem Social – FOS, contribui para o Observatório da Democracia –uma medida que não terá caráter oposicionista, mas sim contributivo e de monitoramento - com sua análise dos aspectos que constituem o governo de Jair Bolsonaro e, a partir destes elementos, fundamentou sua análise projetiva do que pode se esperar deste governo.

Para a FOS, é democraticamente salutar que as instituições reúnam-se com o intuito de contribuição, monitoramento e a realização de análises na formação de políticas públicas e como agirão os representantes na Administração Pública Federal nos próximos anos. Neste sentido, os textos "*Uma leitura dos aspectos do governo Bolsonaro*" e "*Governo Bolsonaro – Perspectivas e Projeções*" contribuem para que façamos uma leitura do atual governo e, possamos, de forma democrática e republicana, contribuir para o fortalecimento da democracia brasileira.

Governo Bolsonaro – Perspectivas e Projeções

Eleito com 57 milhões de votos, o novo governo que se inicia tem inúmeros desafios para proporcionar a volta do crescimento econômico e o bem star da população. Passado o processo eleitoral, de declarações fortes e embates acalorados, é hora do governo Bolsonaro, de fato, mostrar a que veio. Embora não tenha contemplado nem 30 dias e os trabalhos no Poder Legislativo não tenham começado, já é possível apresentar alguns elementos sobre o que esperar do novo governo central para os próximos anos de nossa República.

O Brasil passa por um processo de recuperação econômica, após a recessão de 2015 e 2016, tendo o crescimento do PIB atingido apenas 1,3% em 2018, segundo previsões de dezembro do Banco Central, e projetando 2,4% de expansão para 2019. Não obstante a previsão só irá se concretizar com avanço da reforma da previdência.

Desde a sua eleição, o governo Bolsonaro tem contado com indicações de apoio do mercado financeiro, em sua maioria dos investidores internos, o que tem refletido no aumento da bolsa de valores e a diminuição do dólar. Embora, a melhora seja fruto das expectativas, após as declarações da pauta prioritária.

O novo presidente foi eleito com um forte discurso contrário às práticas de cooptação dos partidos para obtenção de apoio parlamentar, o tradicional presidencialismo de coalizão, bem como, a ênfase no combate à corrupção, promessa de condução da economia com um viés liberal (sendo Paulo Guedes o seu grande guru econômico), promoção do resgate dos valores familiares tradicionais, atuação do Estado brasileiro sem viés ideológico e uma forte política de segurança pública contra a violência e o tráfico de drogas.

No período de transição e primeiros dias de governo cabem destaque: a destinação de Paulo Guedes, vindo da escola de Chicago, como ministro da economia (pasta essa com poderes ampliados), a escolha dos demais ministros e membros do governo sem a participação ou interferência dos partidos políticos e com forte participação dos militares.

Na área econômica, a reforma da Previdência aparece como elemento fundamental para esta gestão. Paulo Guedes ainda não apresentou o que será a proposta a ser discutida no Congresso Nacional, no entanto, ele tem dado de sinais promover uma reforma mais profunda do que a última proposta do governo Temer, no sentido de introdução de um sistema de capitalização, para as próximas gerações, em substituição ao regime de repartição, ampliação do percentual de contribuição dos servidores públicos, estabelecimento de idade mínima e endurecimento a fraude e corrupção no INSS.

Além disso, a privatização das empresas, concessões públicas e venda de ativos (imóveis, por exemplo) será muito utilizada para levantamento de caixa do governo no intuito de equilibrar as contas e promover a redução do Estado aliada ao aumento de sua eficiência, bem como, a construção de um projeto de reforma tributária com viés de simplificação do sistema.

O discurso de diminuição da participação do Estado na economia, soa como a grande solução em momentos de crise fiscal. No entanto, a não interferência do poder público tende a ser um fator de aumento ainda maior das desigualdades sociais, principalmente pelo que se avizinha nas propostas do governo de redução dos mecanismos de proteção social, especialmente a Seguridade Social. Ao focar apenas na simplificação do sistema tributário, Guedes deixa de tratar o problema central do sistema, qual seja a baixa tributação sobre renda e patrimônio, face aos impostos sobre consumo, que implicam em torno de 48% dos custos dos produtos nacionais, conforme apontam as entidades do Fisco. Além disso, o programa de privatizações traz sérios riscos para promoção do desmonte do Estado em setores estratégicos ao desenvolvimento nacional.

Embora a primeira crise deste governo seja relacionada à suspeita de corrução de Flavio Bolsonaro no caso Queiroz, há uma forte tendência de ações de combate à corrupção. A presença de Sergio Moro como ministro é o maior símbolo desta intenção, bem como a previsão de trazer de volta à pauta do Congresso Nacional pontos das "dez medidas de combate à corrupção". Além da institucionalização de novos arranjos institucionais, conduzidos pela CGU, como o comitê de combate à corrupção do Governo Federal e treinamento de servidores para serem mais atuantes na fiscalização.

Outro ponto de atenção a ser dado durante o governo Bolsonaro será a pauta de segurança pública, há uma tendência de endurecimento dos mecanismos de combate ao crime organizado, fortalecimento das forças de segurança e ampliação do amparo legal aos policiais. Torna-se preocupante o risco de excessos de violência policial contra os cidadãos, especialmente negros e pobres, e aos direitos e garantias fundamentais da Constituição, uma vez que o discurso "bandido bom é bandido morto", tem tido apoio do governo e da sociedade.

A retomada dos valores conservadores e tradicionais é outro destaque, tendo como principal expoente a ministra da Família Damares Alves ("a terrivelmente cristã") que protagonizou algumas polêmicas nas primeiras semanas deste ano. Neste sentido, questões de gênero perdem espaço na agenda governamental, e de certa forma, são até combatidas, o que significa um grande retrocesso nas políticas de maior inclusão e aceitação da diversidade social, assim como o aumento de risco de casos de violência física e verbal às minorias sociais.

Em uma linha muito próxima a defesa do conservadorismo, há o combate à ideologia de esquerda. Constantemente repetida nas falas do presidente, os movimentos de esquerdas tendem a serem tratados como verdadeiros inimigos da pátria e da prosperidade da nação. Este discurso autoritário, encoberto pelo discurso patriota, traz riscos e empobrece o debate democrático, uma vez que incita a negação completa a qualquer opinião contrária aos posicionamentos do governo.

Dentro deste caldo de combate ideológico a pauta ambiental e indígena passa por um total desmantelamento, trazendo duras perdas às conquistas recentes. O governo afirma que não irá demarcar novas terras indígenas e que pretende abrir as áreas ricas em minérios para exploração, promete maior celeridade nas licenças ambientais, além da reestruturação no Ministério do Meio Ambiente e uma maior vigilância sobre a ação das ONG'S que atuam no Brasil. O desmonte institucional dos mecanismos de defesa do meio ambiente trazem grandes prejuízos ao país, a começar pela retirada do tradicional protagonismo brasileiro na área, países como Alemanha, Suécia, Noruega, Canadá e França, já avisaram oficialmente o fim das cooperações internacionais com o Brasil, e Japão, Espanha e Coreia do Sul devem seguir esta mesma linha em breve, o que poderá impactar questões econômicas no futuro. Além disso, a postura do governo gera um grande incentivo para atuação ainda mais forte de ataque à floresta amazônica e demais áreas protegidas do país, fundamentais para o equilíbrio do clima em todo o planeta.

O relacionamento com o Congresso Nacional será o grande divisor de águas da capacidade ou não de gestão e negociação do Governo Federal. Até o momento não há clareza na coesão entre parlamento e governo para a aprovação das futuras medidas. Na verdade, a manutenção do discurso eleitoral de criminalização dos partidos políticos e a sustentação do seu relacionamento com o Congresso baseado apenas na força de sua popularidade, faz com que o governo já comece em situação frágil, uma vez que sem uma ampla maioria nas Casas, dificilmente será possível a aprovação no tempo desejado pelo mercado.

Nesta relação, sem dúvida, o maior desafio será a aprovação da reforma da Previdência. No entanto, como há uma mobilização em torno da temática, no sentido de que não há outra opção além da realização da reforma para garantir a salvação das contas públicas, é provável sua aprovação. No entanto, resta saber se o Congresso estará disposto a aprovar uma reforma mais profunda, conforme deseja Paulo Guedes.

Já em relação a outras pautas, como reforma tributária, segurança pública, a tendência é uma maior dificuldade de aprovação. Embora o governo, tenha em mente fazer uso das bancadas temáticas e do apoio dos governadores dos estados para aprovar as medidas, este ainda é um modelo de resultados incertos, cujos efeitos dependerão muito fortemente do tema e da manutenção da popularidade do presidente, a qual estará conectada com a retomada do crescimento econômico e redução do desemprego.

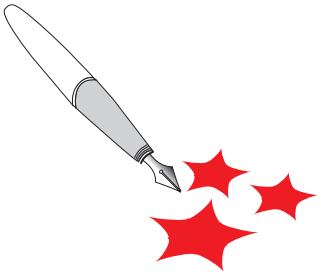
Diante do possível cenário acima discutido, cabe a constante vigilância sobre os temas a serem tratados pelo governo, especialmente os referentes às garantias e direitos fundamentais do cidadão.

É preciso, ainda, a construção de uma nova forma de relacionamento com a sociedade, especialmente pelos meios digitais, no sentido de trazer o esclarecimento de uma forma racional e que faça sentido ao cidadão comum. O combate aos possíveis retrocessos deverá vir no sentido de formar uma consciência capaz de refletir de forma crítica as ações do governo, sendo necessário, para isso, o arrefecimento de debates de cunho puramente ideológicos, tendo em vista toda a desconstrução de imagem e perca de credibilidade e espaço junto a sociedade que os movimentos progressistas sofrem nos últimos anos.

Cairo Tavares de Sousa – Diretor Técnico da Fundação da Ordem Social

CONTRIBUIÇÃO DA:

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Nota

Contribuições da Fundação Perseu Abramo para a construção do Observatório da Democracia

Entender o significado da política demolidora do Governo Bolsonaro é o que está proposto nestas duas contribuições da Fundação Perseu Abramo para a construção do Observatório da Democracia. A partir desse mapeamento das propostas que ameaçam direitos, desmontam políticas sociais e promovem um ideário ultraliberal, pode-se definir estratégias políticas conjuntas com as forças progressistas representadas nos partidos como o PT.

Apresentamos aqui a contribuição de Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo, que faz uma análise ampla das eleições e do papel que o discurso de ódio neste processo, que permitiu a ascensão do governo Bolsonaro. A prisão do ex-presidente Lula é destacada nessa análise, como símbolo dessa violência anti-petista e como uma ameça ao processo democrático.

E na outra contribuição, de José Sérgio Gabrielli, coordenador da campanha presidencial de Fernando Haddad, há uma ampla avaliação destes início do governo Bolsonaro, identificando os grupos que assumiram o poder com pautas próprias que se intercalam, nas suas contradições internas, para aumentar o retrocesso econômico e político. A resistência que se desenha nos movimentos populares e nas forças progressistas será violentamente atacada por esse governo, alerta Gabrielli.

Governo Bolsonaro: adversários são inimigos, José Sérgio Gabrielli

Novo Governo, tarefas progressistas, Marcio Pochmann

Novo governo e tarefas progressistas

Em seus primeiros atos o governo federal, suas posições abertamente racistas e misóginas, apontam para um programa de retrocessos civilizatórios que interrompem a trajetória social, política, cultural, econômica e democraticamente inclusiva que foi estabelecida em caráter virtuoso pela Constituição Federal de 1988.

Não fossem as especificidades da eleição de 2018 de excluir o ex-presidente Lula e as lideranças de esquerda, bem como do uso abusivo e questionável de mídias sociais e outros artifícios condenáveis, o resultado possivelmente seria outro. Assim como o golpe que interrompeu a série de Governos do PT, com a arbitrária retirada da presidente Dilma Rousseff, reeleita democraticamente em 2014, este início de 2019 teria outro desfecho.

Como se sabe, antes mesmo da campanha eleitoral, o ódio disseminado ao Partido dos Trabalhadores, aos movimentos populares e ao ex-presidente Lula expressou o sentido de projeto assentado no exercício do Estado policial, rasgando conquistas históricas do povo brasileiro. Não se pode compactuar com discursos e ações que estimulam o ódio, a intolerância e a discriminação, pois não se aceita que tais práticas sejam naturalizadas como instrumento da disputa política em uma sociedade democrática.

Nesse sentido que as forças políticas progressistas e democráticas deverão seguir lutando, no Parlamento e em todos os espaços possíveis da sociedade, para aperfeiçoar o sistema democrático e resistir aos setores que usam o aparato do Estado para criminalizar e exterminar adversários políticos. O PT se construiu em resistência à ditadura civil-militar que durou 21 longos anos.

A conquista democrática não pode ser esvaziada, exigindo a marcha de compromissos de luta em defesa dos direitos sociais, da soberania nacional e das liberdades democráticas.

O triunfo da extrema direita ocorre em um processo de transmutação, cujo receituário neoliberal tende a ser radicalizado para acompanhar as tendências de concentração da riqueza e de acumulação rentista que são promovidas pelas forças conservadoras no mundo desde a crise sistêmica do capitalismo em 2008. O sentido maior desse processo aponta para o desmonte e a destruição de praticamente todas as políticas sociais e de soberania nacional presentes na Constituição de 1988

Exemplo disso encontra-se, desde Temer, nos ataques ao sistema de aposentadoria e pensão que desde 1988 tornou-se parte integrante do modelo de Seguridade Social, e a proposição de sua substituição por um modelo de capitalização e contribuição individual do tipo chileno. Também se pode identificar o caminho da mercantilização na Educação, o desmonte do Sistema Único de Saúde, a desativação do Sistema Único da Assistência Social, a revogação da reforma psiquiátrica, a revogação da demarcação de terras indígenas e quilombolas, a privatização de todo o parque de empresas estatais brasileiras, a inviabilização do Minha Casa Minha Vida, dentre outras.

A radicalização de propostas econômicas ultraliberais termina sendo acompanhada por uma agenda regressiva em termos de ataques aos direitos humanos, aos direitos das mulheres, negros, pessoas com deficiência, comunidade LGBT, índios, migrantes e trabalhadores em geral. Trata-se de política que verbaliza, milita e tem por objetivo encerrar o que restou de Estado Laico e dos direitos dos grupos historicamente discriminados.

Além disso, o novo governo adota uma retórica violenta, fazendo apologia do uso de armas, com elogios ao autoritarismo e a torturadores, o que termina por promover a intolerância contra quem pensa diferente. Ademais, parece investir contra os direitos humanos, as liberdades civis e democráticas da maioria da população.

No âmbito econômico e social, tudo indica que o novo governo faça aumentar a dependência externa, a financeirização, a desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora. Apelando para slogans carregados de preconceitos ideológicos, comete absurdos na política externa, atacando a soberania dos

povos e comprometendo acordos de comércio e parcerias internacionais consagradas pela virtuosa política externa dos governos do PT, empurrando o país para uma condição de irrelevância no cenário global.

Com a reversão das políticas sociais, especialmente de empregos, salários, previdência, saúde, educação e habitação, além dos cortes nas despesas públicas não financeiras impostos pela Emenda Constitucional 95. Em função disso, a possível retomada do crescimento vai sendo postergada, tornando ainda mais distante e incerto o rumo do desenvolvimento e, principalmente, o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais.

Sem o Estado voltando a ocupar papel central no planejamento, na indução das atividades econômicas e no investimento em infraestrutura e logística, a promoção da cidadania não ocorre e, mais grave, as conquistas do passado se perdem no tempo. Diante disso e tomando como referência o discorrido até aqui, apresentam-se três eixos fundamentais de atuação:

1 - Defesa da Democracia e da liberdade de Lula;

2 – Defesa dos Direitos do povo brasileiro e do patrimônio nacional;

3 – Defesa do papel soberano do Brasil no mundo.

Em quase quatro décadas de existência, o Partido dos Trabalhadores que nasceu em 1980 da luta da sociedade brasileira pelo restabelecimento da democracia sempre reconheceu a legitimidade das instituições democráticas e atuou dentro dos marcos do Estado de Direito. Isso, é claro, combinando esta atuação com a presença nas ruas e nos movimentos da sociedade em torno das liberdades políticas, apostando em iniciativas econômicas e coesão social em torno do aprofundamento da participação da sociedade na democracia.

Em todas as eleições realizadas desde 1980, o PT participou, respeitando o resultado e fazendo oposição democrática e construtiva. Não será diferente em relação ao novo governo, mantendo o compromisso histórico em defesa do voto popular e o respeito à Constituição Federal.

Por isso, a obrigação com denúncias e protestos contra as ameaças à Ordem democrática e ao Estado de Direito no Brasil. Da mesma forma, cabe estar atento e resistir aos riscos de aprofundamento das políticas entreguistas e ultraliberais do atual governo, o desmonte das políticas sociais e a revogação já anunciada de históricos direitos trabalhistas.

É nesses termos que emerge a questão democrática como central para a transformação profunda da sociedade brasileira, fortalecendo a convergência das classes trabalhadoras em unidade na luta pela construção de um amplo movimento em defesa da democracia e dos direitos sociais. Para além do acompanhamento altivo e vigilante do novo governo, cabe a crítica sincera e construtiva de outro projeto nacional de desenvolvimento.

Em perspectivas de atuação e articulação aponta-se o envolvimento democrático e de luta pelo Estado de direito e defesa das melhores condições de vida e trabalho para o conjunto da população, sobretudo aquelas mais fragilizadas pelo desemprego massivo, pelo desalento, sujeitas à violência, à pobreza e à exclusão social. A recomposição com o movimento social e com as instituições da sociedade civil em torno de uma ampla frente de atuação conjunta se torna fundamental em todos os campos da política enquanto instrumentos de mudanças da triste realidade nacional, de desordem e regresso.

Por conta disso que se fundamenta estrategicamente a compreensão da centralidade da batalha em várias dimensões da vida social, em todos os âmbitos da cultura, na luta ideológica, na promoção das ideias e de valores de cooperação, solidariedade e respeito à diversidade. A mais vigorosa visão de pluralidade do mundo com radicalidade e com plena inspiração de que o grandioso projeto histórico de socialismo democrático deve seguir em frente.

Governo Bolsonaro: Adversários são Inimigos

O primeiro mês do governo Bolsonaro termina com um escândalo de corrupção envolvendo seu filho, com uma passagem desastrosa por Davos, acompanhado dos homens-fortes da Economia, da Justiça e das Relações Exteriores, enquanto o vice militar general Mourão assumia o posto em Brasília.

Investigações sobre o assassinato de Marielle se aproximam da família do presidente e suas relações com o crime organizado. Um desastre o primeiro mês do Governo Bolsonaro. A composição do Governo demonstrou a existência de vários núcleos de poder, que ainda não estão devidamente articulados e atuam com pautas próprias. Idas e vindas, desmentidos vários e indefinições sobre o que é principal para a ação do Governo demonstram uma grande improvisação na implantação do novo regime.

É um governo de guerra, de destruição, mais do que de construção. É um Governo do contra, mais do que a favor. Geralmente os novos governos tentam inimizar os conflitos com seus adversários. O Governo Bolsonaro não! Procura acirrar os conflitos com os chamados inimigos para manter a sua tropa unida e atacar pretensos alvos da esquerda. Tudo foi "culpa do PT"! Para eles não há adversários, que são tratados como inimigos. Os adversários precisam ser derrotados. Os inimigos destruídos, pensam os estrategistas de Bolsonaro.

Não é um governo monolítico. Podem ser feitas várias classificações dos diversos núcleos do Governo e aqui são apontados quatro grupos de pautas, que algumas vezes se entrelaçam, se contradizem e se complementam. Os personagens são também importantes, pois dão substrato de legitimidade às diversas agendas de cada um dos núcleos. São eles os desmontadores, os ideológicos, os repressores e os militares. As questões referentes a soberania nacional perpassam as outras pautas numa direção antinacional.

Há um objetivo estratégico do governo de desmontar as heranças das políticas de tendência social democrata no Brasil, desde os tempos de Vargas, passando por certos aspectos dos governos de FHC, Lula e Dilma, aprofundando a agenda apresentada na época do impeachment que levou Temer ao Governo, com as "Pontes para o Futuro" do MDB. Neste sentido, apresentam continuidade com o Golpe e ampliam as relações da extrema direita com o centro político do pais, mesmo que este ultimo grupo tenha sido derrotado nas últimas eleições.

Entre os desmontadores encontram-se os economistas – os Chicago Oldies, já que não são mais Boys – que querem implantar políticas ultra-neo-liberais revirando pelo avesso a legislação trabalhista, privatizando a todo vapor a maquina produtiva do Estado, mudando o custeio das ações sociais, do investimento público e a regulação dos setores privados. Mais mercado e estado mínimo é o que querem.

O líder Paulo Guedes ainda não disse a que veio, em termos de uma formulação clara para a macroeconomia, além da defesa genérica das privatizações e da costura de uma reforma da previdência para ampliar as dimensões de capitalização de seu financiamento.

Os problemas fiscais continuam se aprofundando, mesmo que algumas receitas não recorrentes como a proveniente da venda dos barris remanescentes das áreas do Pré Sal Brasileiro possam vir a trazer um certo alivio para o financiamento do Governo em 2019, às custas da venda de curto prazo de uma riqueza das gerações futuras.

Minimizado o problema fiscal com estas receitas extraordinárias, não serão tão necessários outros processos de privatização, nem cortes mais drásticos das despesas publicas. O principal sinal que o novo governo quer dar para o mercado é a potencial entrada em uma trajetória de redução do volume das dívidas. O objetivo dos desmontadores é ampliar o rentismo no pais.

Com isto, esperam os ortodoxos do Governo, o setor privado se entusiasmará para realizar investimen-

tos produtivos e é possível que, a partir do final do ano seguinte e principalmente a partir de 2020, alguns sinais de crescimento ocorram.

Este é um cenário problemático por varias razões: os investimentos privados significativos são cautelosos e só começam a se acelerar depois que a economia dá sinais de retomada. Dificilmente os investidores privados brasileiros são locomotivas da retomada do crescimento. Não foram no passado, nem há sinais que serão agora.

Por outro lado, vários governos estaduais já começaram a atuar para obter apoio do Governo Federal na solução de sua gravíssima crise fiscal estadual. Os governadores do Nordeste, todos eleitos apoiando Haddad, enfrentarão enormes dificuldades para manter suas contas em dia e, dificuldades ainda muito maiores, para viabilizar projetos de investimento indispensáveis para as

transformações econômicas da região e para a redução das desigualdades. Uma relação de tensão e aproximação deverá caracterizar a relação do Governo Bolsonaro e estes governadores que se constituem em uma outra fonte de liderança institucional da vida política brasileira.

Nos estados maiores da Federação, do Sudeste e do Sul, venceram governadores afastados das lideranças tradicionais dos partidos dominantes, em geral com pautas restritas à questão da segurança pública e afirmações ideológicas contra a corrupção. Os partidos da Centro Direita tiveram profundos baques de suas lideranças tradicionais e de sua representação, especialmente no Centro Sul e muitos governadores surgem de articulações políticas sem os "caciques" da política. O Centro está órfão com o debacle do PSDB, DEM e MDB.

Novos métodos, conflitos e disputa ocorrerão. Do ponto de vista internacional, os recentes prognósticos apontam para um risco crescente de uma nova redução de atividades, tanto em função da crescente disputa comercial China-EUA, como pela crescente elevação dos juros americanos e pouco dinamismo das economias europeias. O ciclo expansivo dos EUA, depois dos cortes de impostos de Trump de 2017, parece se esgotar, enquanto as economias da França e Alemanha dão sinais de retração. Não se deve esperar notícias muito favoráveis do front internacional, principalmente no final deste ano de 2019 e começo de 2020.

Neste contexto, o alinhamento automático do Brasil com os EUA pode ser uma politica com imensas consequências negativas sobre o relacionamento já construído tanto com países da América Latina, África e Ásia, assim como pela incapacidade de aproveitar-se dos movimentos antiglobalização em defesa da economia americana.

No front interno, o relacionamento com o Congresso terá o Onyx Lorenzoni e um general, com uma bancada do PSL grande, composta de recém-chegados à vida política, sem unidade em pontos programáticos, além do combate a corrupção e serem contra o desarmamento das pessoas.

Conflitos, vai e vem, pressões dos parlamentares para seus interesses específicos serão dificuldades crescentes para a implantação da pauta ultra-neo-liberal dos desmontadores. A pauta dos desmontadores encontra também alguma resistência entre os próprios apoiadores do Bolsonaro.

Além do mais há uma certa redefinição das forças relativas entre as várias frações de capital que constituem o bloco de poder no Brasil. Os apoiadores de primeira hora de Bolsonaro foram setores importantes do agronegócio, dos segmentos periféricos do capital financeiro – corretores, operadores de fundos e de riquezas individuais-, da educação e da saúde privadas, além de redes de comércio e de serviços.

Os grupos dominantes no Brasil, nas últimas décadas vinham se articulando em torno dos interesses do capital financeiro, com os grandes bancos desempenhando um papel chave, assim como com a ampliação de mecanismos de intermediação financeira, que reciclavam a dívida publica, ampliavam

instrumentos de circulação de fluxos monetários e criavam um segmento rentista significativo no Brasil. As transformações no capital industrial se fizeram sentir no processo de desindustrialização, ampliação dos ganhos não operacionais nas atividades produtivas e crescente dependência das cadeias internacionais de valor. Os empreiteiros surfavam nas políticas de estado para crescimento econômico, assim como na expansão internacional permitida pela política externa independente dos EUA. Estes componentes tradicionais do bloco de poder se deslocaram nos últimos tempos.

Há agora uma nova disputa para a reconstituição da hegemonia do grande capital financeiro que entrou forte na campanha apenas no segundo turno. No primeiro turno, apoiaram principalmente o Alckimin, Meireles e Amoedo. Agora querem viabilizar a pauta desmontadora, com medidas de expansão dos mercados financeiros especialmente com propostas para a Previdência, além da expansão dos segmentos privados de financiamento da saúde e educação.

Também ocorreram importantes mudanças estruturais entre os segmentos populares. A desindustrialização veio acompanhada de mudanças estruturais importantes no seio da classe trabalhadora, com expansão da importância dos postos de trabalho nos serviços, especialmente comércio e setor público, além de serviços pessoais e de atendimento as necessidades empresariais. As grandes aglomerações de postos de trabalho em grandes empresas cedem lugar para pouca concentração em estabelecimentos menores, com menor processo de transformação industrial. A aceleração do desmonte da CLT e expansão da precariedade do mercado de trabalho é a face da política de desmonte para os trabalhadores.

Um segundo núcleo é constituído pelos ideológicos, que não somente são a favor do alinhamento total com os EUA, mas desenvolvem sua pauta centrada no combate as ideias "socialistas" – tudo que se referir a direitos dos mais pobres, proteção dos mais necessitados e estado de Bem-Estar. Apresentam ideias bastante conservadoras em relação à família contra a diversidade de opções sexuais e emancipação das mulheres, contra a discriminação de minorias e combate ao racismo. Pauta neopentecostal radical, com o fim do estado laico e a favor de uma escola doutrinária, sob o manto de uma campanha da Escola sem Partido. Têm o papel de debilitar elementos ideológicos a favor da ação coletiva, da importância de reduzir a desigualdade e do estado para proteger os mais fracos. Educação e Relações Exteriores são os seus centros de atuação, tanto na definição de uma política externa alinhada aos EUA e Israel, como combatendo o que eles chamam de "marxismo cultural" na formulação de conceitos e percepções de mudanças da sociedade.

O Governo acaba os órgãos dedicados a educação continuada, reduz os programas de alfabetização, elimina a necessidade de políticas para diversidade e inclusão social, banindo temáticas relacionadas com direitos humanos, preferências sexuais, preconceitos de raça, religiosos e regionais e diminui a necessidade de articulação federativa com as redes estaduais e municipais de ensino.

As mudanças na estrutura administrativa do Governo, longe de buscar re dução de gastos, tiveram como objetivo principal reduzir a importância das áreas responsáveis pelas políticas sociais, como dos direitos humanos, da cultura, do esporte, das cidades, da reforma agrária e da agricultura familiar, que deixaram status ministerial para transformarem-se em secretarias.

Extinto o Ministério da Cultura, suas atribuições se diluíram em um Ministério da Cidadania, que engloba também atribuições do antigo Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério do Esporte, além de parte da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (Senad).

A ministra Damares, com seus arroubos histriônicos, concentra sob seu comando parte das atividades da FUNAI, as políticas para as mulheres, negros, portadores de necessidades especiais e as questões referentes à população LGBT.

Se não conseguirem sufocar os movimentos pela doutrinação ideológica, o núcleo repressor, o terceiro núcleo do poder, está preparado. Unificação dos órgãos de inteligência militar, de segurança pública, financeira e de Estado, com a centralização das ações de Segurança e Justiça sob o comando de Moro, dão especial protagonismo em ações contra a corrupção, o narcotráfico, o crime organizado e o terrorismo, considerados crimes sem caráter de classe, tendo ampla aceitação na sociedade para ações repressivas a estes crimes, mesmo que estas ações violem profundamente os ordenamentos jurídicos e os direitos fundamentais dos indivíduos e dos movimentos sociais.

Além da repressão potencial aos movimentos sociais, especialmente os populares, este núcleo tem uma pauta própria estruturadora dos apoios ao governo: o combate formal à corrupção, specialmente quando envolve o PT. A pauta dos "justiceiros" sofre algumas fissuras no relacionamento com a grande mídia, pelas disputas entre o Governo e os grandes grupos da imprensa que apoiam as pautas econômicas, mas divergem da pauta comportamental, colocando-se o confronto entre a Globo e a Record, por exemplo.

Os escândalos referentes a família de Bolsonaro enfraquecem este grupo, assim como fazem avançar a ação da Globo, que procura uma melhor posição de negociação com o centro do Governo em Brasília, frente as ameaças de mudanças de seus mecanismos de consolidação de sua posição, expressas nas ameaças de mudanças da política de publicidade e favorecimento a outros grupos de mídia.

Os militares, que se constituem o quarto núcleo de poder, voltaram com força ao comando do Governo, com maior presença física do que nos tempos da Ditadura Militar. Vários generais e oficiais de alta patente ocupam postos chaves em vários setores do Governo, buscando dar uma certa estabilidade entre os vários núcleos do poder e uma gestão mais orientada pelas estratégias.

Os comandantes militares foram fundamentais no impeachment da Dilma, assim como na exclusão de Lula do processo eleitoral, inclusive com ameaças explicitas ao STF, como reconhecido pelo próprio Presidente Bolsonaro. Agora, emplacam muitos generais em órgãos fundamentais do Governo, numa atuação política inédita em períodos de lideranças civis na história do Brasil, com maior presença inclusive do que nos períodos de controle militar do Governo brasileiro.

Não há uma unicidade nas posições dos militares, ainda que a hierarquia e a disciplina tendam a fazê-los atuar articuladamente. As questões nacionais, o papel das empresas estratégicas, a política de fronteiras, bases militares estrangeiras, importância de projetos estratégicos e tratamento das questões previdenciárias para as Forças não são unani midade entre os comandantes.

A título de conclusão, deve-se observar que, apesar de uma orientação principal, o Governo não é monolítico, nem atuará apenas numa frente de batalha. As disputas ocorrerão em várias dimensões, com os núcleos do poder se desdobrando em intervenções, com objetivos específicos, dentro de uma estratégia de aniquilar os inimigos. "Tudo é culpa do PT" será o bordão muitas vezes utilizados pelos ocupantes dos cargos do Governo.

Os militares, em numero recorde no Governo, e os segmentos repressivos estão prontos para ultrapassar os limites da institucionalidade, se assim for necessário, para fazer as mudanças que pretendem. Assim já foi anunciado pelo candidato, hoje Presidente Bolsonaro.

As primeiras medidas anunciadas e a forma de funcionamento apontada pelo Governo indicam que os temas da pobreza e desigualdade serão secundários. Os movimentos de resistência em defesa das políticas sociais e a busca de novas alternativas para os problemas do povo poderão ser fontes de conflitos crescentes, mesmo que o Governo tenha uma grande aceitação por parte da opinião pública nos seus primeiros dias.

José Sergio Gabrielli de Azevedo, professor aposentado da UFBa e coordenador da campanha presidencial de Fernando Hadddad. Contato: jsgazevedo@gmail.com

Observatório
da Democracia

www. observatoriodademocracia.org.br